

上訴案第 197/2016 號

上訴人：A

B

C

檢察院 (Ministério Público)

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一.案情敘述：

澳門特別行政區檢察院在偵查案 336/2013 號卷宗內，對四名被檢舉人(A、B、D 及 E)作出偵查後，因並未有充分跡象顯示四名被檢舉人涉及檢舉書內所檢舉的內容，故根據《刑事訴訟法典》第 259 條第 2 款的規定而決定將本案歸檔。

輔助人C對檢察院的歸檔批示向澳門特別行政區初級法院提出 展開預審的申請。

澳門特別行政區初級法院刑事起訴法庭第 PCI-043-14-2 號的預審卷宗中，經過預審辯論，對四名嫌犯作出了起訴：

- 嫌犯 A 及 B 以正犯及既遂的方式觸犯一項《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰的「侵入住所罪」；以正犯及既遂的方式觸犯兩項《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰的「毀損罪」。
- 嫌犯 D 及 E 以正犯及既遂的方式觸犯一項《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰的「侵入住所罪」。

輔助人 C 對四名嫌犯提出了載於卷宗第 633-648 頁 (在此視為全部

被轉錄¹) 的民事索償請求。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR4-14-0313-PCC 號普通刑事案件中，經過合議庭庭審，最後作出了以下的判決：

- 宣告嫌犯 A 及 B 被指控以直接正犯及既遂行為實施 2 項《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰的毀損罪，罪名不成立。
- 判處嫌犯 A 以共同正犯及既遂行為實施了 1 項《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰的侵入住所罪，處以 60 日罰金，每日罰金以澳門幣 300 元計算，合共為澳門幣 18,000 元，如不繳付罰金或不以勞動代替則可被轉換為 40 日監禁 - 《刑法典》第 47 條。
- 判處嫌犯 B 以共同正犯及既遂行為實施了 1 項《刑法典》第 184

¹ 其葡文內容如下：

1. A quantia de MOP\$1.000,00 (mil patacas) a título de danos patrimoniais, equivalente ao custo estimado das duas fechaduras que os Arguidos A e B danificara, nos dias 7 e 17 de Março de 2013, e pelo qual são solidariamente responsáveis;
2. A quantia de MOP\$20.000,00 (vinte mil patacas) a título de dano patrimoniais, equivalente ao montante estimado que despendeu com roupas, sapatos, malas, cosmética, e outros produtos de higiene e beleza, que se tornaram necessários em virtude de os Arguidos A e B lhe terem vedado o acesso ao seu domicílio e bens pessoais através da mudança das fechaduras da sua residência, e pelo que são solidariamente responsáveis;
3. A quantia de MOP\$75.000,00, a título de danos patrimoniais, correspondente ao custo estimado dos bens pessoais da Assistente que foram danificados em consequência da actuação dos Arguidos A, B, D e E no dia 17 de Março de 2013, e pelo qual são solidariamente responsáveis;
4. A montante de MOP\$40.000,00, valor do relógio da marca Rolex, de MOP\$25.000,00, valor da corrente de outro, o montante de HKD\$15.000,00, equivalente a MOP15.450,00, o montante de €3.200,00, equivalente a MOP\$29.225,95, o montante de 2.600,00 Libras, equivalente a MOP\$31.965,42, e o montante de MOP\$8.000,00, que desapareceram, sem que a Assistente os pudesse recuperar, na sequência dos actos dos Arguidos A, B, D e E no dia 17 de Março de 2013, e pelo qual são solidariamente responsáveis;
5. A quantia de MOP\$51.720,00, que a Assistente despendeu na aquisição de uma porta e sistema de videovigilância que acalmassem os receios criados na sequência dos actos dos Arguidos A, B, D e E, e para evitar que os mesmos se voltassem a repetir, e pela qual aqueles Arguidos são solidariamente responsáveis;
6. A importância de MOP\$250.000,00 a título de danos não patrimoniais próprios, sofridos pela Assistente em consequência da actuação dos Arguidos A, B, D e E, e pela qual são solidariamente responsáveis.

條第 1 款所規定及處罰的侵入住所罪，處以 60 日罰金，每日罰金以澳門幣 50 元計算，合共為澳門幣 3,000 元，如不繳付罰金或不以勞動代替則可被轉換為 40 日監禁 - 《刑法典》第 47 條。

- 判處嫌犯 D 以共同正犯及既遂行為實施了 1 項《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰的侵入住所罪，處以 80 日罰金，每日罰金以澳門幣 150 元計算，合共為澳門幣 12,000 元，如不繳付罰金或不以勞動代替則可被轉換為 53 日監禁 - 《刑法典》第 47 條。
- 判處嫌犯 E 以共同正犯及既遂行為實施了 1 項《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰的 侵入住所罪，處以 80 日罰金，每日罰金以澳門幣 150 元計算，合共為澳門幣 12,000 元，如不繳付罰金或不以勞動代替則可被轉換為 53 日監禁 - 《刑法典》第 47 條。
- 本合議庭現裁定民事請求部份事實獲證明屬實而部份請求成立，並裁定：判處嫌犯 A 及 B 以連帶方式賠償輔助人財產損失澳門幣 1,000.00 元；及判處嫌犯 A、B、D 及 E 以連帶方式賠償輔助人非財產損失澳門幣 15,000.00 元。

嫌犯 A、B 和輔助人 C 以及檢察院均不服判決，向本院提起上訴，並分別提出了以下的上訴理由：

嫌犯 B 的上訴理由

1. 被上訴的合議庭裁判判處上訴人和另外三名嫌犯以共同正犯及既遂方式實施了一項《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰的的人侵住宅罪，該條文規定：未經同意，侵入他人住宅，或經被下令退出而仍逗留在該處者，處最高一年徒刑，或科最高二百四十日罰金；
2. 為了證明上訴人觸犯了入侵住宅罪，必須證明上訴人和另外三名嫌犯未經輔助人同意而進入了輔助人的住宅--澳門飛良韶街 3 號泉紹花園 XX 樓 XX 單位；

3. 載於卷宗第 1 至第 7 頁的檢舉書指上訴人和另外三名嫌犯涉嫌觸犯了入侵住宅罪，理由是澳門飛良韶街 3 號泉紹花園 XX 樓 XX 單位是輔助人及其兒子 F 的家庭居所(第 18 歲)，上訴人和另外三名嫌犯未獲輔助人的同意下，私自進入單位、移動其個人物品並不當地侵入其個人私隱及私人生活 (第 24 條)；
4. 於 2014 年 10 月 16 日，刑事起訴法庭作出起訴批示，起訴上訴人和嫌犯 A 觸犯了一項入侵住宅罪和兩項毀損罪；
5. 經過庭審之後，獲證事實載於被上訴的合議庭裁判內；
6. 從既證事實第 1 條至第 4 條可以得知：於 1997 年 6 月 17 日，第三嫌犯 D 和輔助人以一般財產制締結婚姻，XX 玻璃貿易有限公司無償將澳門飛良韶街 3 號泉紹花園 XX 樓 XX 單位給第三嫌犯 D 和輔助人居住；
7. 從既證事實第 8 和第 9 條可以得知：第一嫌犯 A 及其太太於 2012 年 12 月 17 日購買了涉案的獨立單位，和通過律師發信給輔助人要求其搬離涉案的獨立單位；
8. 從既證事實第 10 條可以得知回覆：Recebida a carta, a Assistente respondeu através do seu advogado informando que a referida fracção era a sua casa de morada de família e que o arguido D, ao assinar a deliberação relativamente à assembleia da companhia, não obteve o seu consentimento nem tão pouco lhe foi conferido os poderes para a venda, pelo que recusou desocupar a fracção, tudo conforme consta da carta de filhas 91 e 92 e aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.;
9. 最後，上訴人和另外三名嫌犯被裁定觸犯一項入侵住宅罪罪名成立；
10. 被上訴的合議庭裁判在理由說明中有如下解釋：Cumprе ainda referida que não releva o argumento do 3º arguido de que estava convencido de que podia entrar na casa em causa porque também ali tinha vivido e ainda não estava divorciado,

uma vez que, o próprio 3º arguido refere que tempos antes foi com o filho à casa em causa e não conseguiu entrar porque a fechadura havia sido mudada, sabendo assim perfeitamente que tinha perdido o domínio sobre aquele espaço. (見被上訴裁判書第 40 頁);

11. 無可否認，根據庭審產生的事實，合議庭得出第三嫌犯清楚知道其喪失了涉案獨立單位的支配是可以理解的；
12. 然而，倘若合議庭掌握更多的資料，將會得出不一樣的答案，只是在庭審時上訴人未能掌握一些新的事實，去協助合議庭尋求一個公正的裁判；
13. 根據《刑事訴訟法典》第 4 條補充適用《民事訴訟法典》第 629 條第 1 款 c 項之規定：上訴人提交嗣後之新文件，且單憑該文件足以推翻作為裁判基礎之證據。
14. 現在向尊敬的法官 閣下申請提交一份新的證據，上訴人相信單憑此份新的證據會令 閣下作出一個和被上訴裁判不同的裁判；
15. 有參與庭審的人都知道輔助人在庭審期間將一份民事起訴狀附入卷宗，相對應的民事卷宗編號是 CV2-15-0078-CAO，第一嫌犯 A 及其妻子欲通過該份民事起訴狀要求輔助人交還涉案的獨立單位，隨後輔助人在民事案件內提交了答辯，該份答辯揭露了一個和本刑事案件完全不一樣的事實版本，輔助人欲通過該版本拒絕交還涉案的獨立單位，但該版本足以導致本刑事案有另一個不同的判決；
16. 民事卷宗編號 CV2-15-0078-CAO 的答辯作為本上訴的附件一，在此視為完全轉錄；
17. 在初級法院民事卷宗編號 CV2-15-0078-CAO 內，被告（本刑事案的輔助人）首先以抗辯作為防禦的開始，其主要是引用《刑法典》第 1065 條第 1 款之規定，指澳門飛良韶街 3 號泉紹花園 XX 樓 XX 單位是被借予夫妻雙方及構建其家庭居所之用（見答辯狀第 9 條和第 15 條）。
18. 上述答辯狀第 18 條提到：“.....No caso em apreço, e conforme

já acima se deixou expresse, o fim do comodato foi o do prédio como casa de morada da família da ré e do seu marido. O prédio foi emprestado à R. e marido para um uso determinado, o de aí ser instalada a sua casa de morada de família. Não está em causa um uso por tempo indefinido. O uso da casa há-de durar enquanto durar a relação conjugal. O seu termo é incerto, sem dúvida, mas determinável: com o fim da relação matrimonial, por morte de algum dos cônjuges ou por dissolução do casamento cessa o fim do comodato.;

19. 上述答辯狀第 20 條提到：“Dado que, a razão de dar o gozo da fracção ainda subsiste, isto porque a família constituída pelo Sr. D(D), a Ré e seu filho Sr. F (F) mantém, a sua residência lá, ainda não lhe é exigível.;
20. 上述答辯狀於 2015 年 11 月 23 日被交到澳門初級法院，法院於 2015 年 12 月 7 日將答辯狀寄給第一嫌犯 A (民事案的原告)，然而，上訴人在準備本上訴時，才發現上述民事答辯的事實對本上訴有用；
21. 換言之，於 2015 年 11 月 23 日，輔助人於民事卷宗編號 CV2-15-0078-CAO 的答辯狀內承認從 1997 年直至 2015 年 11 月 23 日涉案的獨立單位是 D、輔助人及其兒子的家庭居所；
22. 這樣，D 進入涉案的獨立單位是無須得到輔助人的同意，因涉案的獨立單位亦是 D 的家庭居所，其當然有權進入該獨立單位，而上訴人和另外兩名嫌犯跟隨 D 進入涉案的獨立單位亦沒有觸犯任何法律；
23. 上訴人和另外三名嫌犯被裁定觸犯一項入侵住宅罪罪名成立，其中一個理由是輔助人指涉案的獨立單位是輔助人及其兒子的家庭居所，第三嫌犯 D 未經輔助人同意無權進入該單位內；
24. 當輔助人承認涉案的獨立單位是 D、輔助人及其兒子的家庭居所，第三嫌犯 D 進入單位內便不會觸犯入侵住宅罪，上訴人和另外兩名嫌犯跟隨第三嫌犯進入該單位內便不會觸犯入侵住宅罪；

25. 基於以上所述，應該開釋上訴人和另外三名嫌犯被判處的一項入侵住宅罪。
26. 另一方面，被上訴的裁判認為被判處的侵入住所罪吸收了毀損罪 (concurso aparente)，倘若尊敬的法官 閣下認為上訴人沒有觸犯侵入住所罪，亦應該開釋上訴人被指控的毀損罪，理由是上訴人所換的門鎖是屬於上訴人的，同樣的理由可以在中級法院第 589/2014 號合議庭裁判中找到；
27. 同樣地，亦應開釋被上訴人判處的民事責任，因其行為不具不法性。

請求

綜上所述和依賴法官 閣下之高見，應裁定本上訴理由成立，繼而：

- 宣告開釋上訴人被判處的 1 項《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之侵入住所罪；及
- 宣告開釋上訴人被指控的 2 項《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰的毀損罪；

嫌犯 A 的上訴理由

(一) 前提性問題

1. 作為結論的開始，上訴人必須強調輔助人交還涉案的獨立單位並不會導致其無屋住，因其可以選擇和父母一起同住，在父母居住的獨立單位內，輔助人的兒子在該處渡過了大部份的童年和青少年的時期，而輔助人亦經常在該處陪伴其兒子成長 (參考既證事實第 6 條)；
2. 如果「XX 玻璃貿易有限公司」預先知道在收回其免費借出的單位時遇到這麼多困難，公司一定不會借出單位；就如同周瑜預見劉備借荊州，一去無回頭，周瑜肯定不會將荊州借給劉備。社會上一般人皆接受善有善報這種行為模式，很難接受向慷慨的捐贈者作出加害行為的這一種行為模式，即使慷慨的捐贈者犯了一點點錯誤，只要錯誤不涉及重大利益，亦可以包容之；

3. A imputação da confiança implica a existência de um autor a quem se deva a entrega confiante do tutelado. Ao proteger-se a confiança de uma pessoa vai-se, em regra, onerar outra; isso implica que esta outra seja, de algum modo, a responsável pela situação criada.(參考終審法院第 26/2007 號合議庭裁判第 19 頁);

(二) 獲證明之事實不足以支持裁判

4. 《刑法典》第 184 條第 1 款規定：未經同意，侵入他人住宅，或經被下令退出而仍逗留在該處者，處最高一年徒刑，或科最高二百四十日罰金。
5. 既證事實第 4 條指出了 o início do Hausrecht penalmente protegido (Desde o momento referido no item anterior a “Vidraçaria XX Companhia Limitada” autorizou que o arguido D e a Assistente vivessem gratuitamente na fracção referida em a).
6. 既證事實第 5 條指出了共同居住的情況出現變化：Até pelos menos 2010, ano em que o arguido D deixou de viver na fracção referida em a), este arguido, a Assistente e o filho de ambos residiram nessa fracção, embora o filho permanecesse a maior parte do tempo em casa dos avós maternos.
7. 既證事實第 6 條指出了輔助人經常離開 fracção referida em a): Pelo menos a partir de 2010 a Assistente C passou a viver, também, com frequência em casa dos seus pais juntamente com o filho.
8. 按照被上訴判決第 48 頁第 18 點的理論，如果離開了住所，其私隱便不再受到保護。這樣，既證事實沒有包含輔助人於 2013 年 3 月期間以涉案的獨立單位作為住宅的這一事實，反而在第 6 條指出輔助人經常離開涉案單位去其父母的家和兒子一同生活 (viver), 因為既證事實第 4 條都是用生活 (vivessem)。
9. 為了進一步釐清《刑法典》第 184 條提到住宅的概念，請容許引

用法律及司法培訓中心於 2014 年出版的刑法典注釋第 3 冊第 483 頁 (作者 : Manuel Leal-Henriques) :.....isto é, com ele próprio de e/ou com os seus íntimos, onde guarda o que de mais pessoal lhe pretence, onde habitualmente come, passa parte do seu tempo e dorme, enfim, aquele naco de área que escapa aos olhares e curiosidade alheios e onde não sofre a pressão do que possa vir de fora.

10. 既證事實第 10 條提到輔助人通過其律師回覆 A 的律師信時講到既證事實第 1 條提到的單位是其家庭居所和嫌犯 D 在簽署公司股東會的出售決議時並未獲得作為配偶的輔助人的授權或同意而拒絕遷出。
11. 這是一封律師信，律師信所載的內容需要在庭審上得到證實，才能夠得到獲證之事實符合了入侵住宅罪的犯罪要件，換言之，必須客觀上證明到涉案的獨立單位是輔助人的家庭居所和案發時輔助人是在該家庭居所內居住的這一事實。然而，獨立單位是輔助人的家庭居所和案發時輔助人是在該家庭居所內居住的這一事實並未得到證實，因為我們從既證事實中找不到該等事實。
12. 基於此，應裁定獲證明之事實上不足以支持作出裁判這一上訴理由成立，繼而開釋上訴人，因為沒有證明到入侵住宅罪的其中一個犯罪要件；獨立單位是輔助人的家庭居所和案發時輔助人是在該家庭居所內居住的這一事實並未得到證實。
13. 另一方面，被上訴的裁判認為被判處的侵入住所罪吸收了被指控的毀損罪 (concurso aparente)，倘若尊敬的法官 閣下認為上訴人沒有觸犯侵入住所罪，亦應該開釋上訴人被指控的毀損罪，理由是上訴人所換的門鎖是屬於上訴人的，同樣的理由可以在中級法院第 589/2014 號合議庭裁判中找到；
14. 同樣地，亦應開釋被上訴人判處的民事責任，因其行為不具不法性。

(三) 適用法律錯誤

15. 原審法院認定了：“Desde o momento referido no item anterior

a “Vidraçaria XX Companhia Limitada” autorizou que o arguido D e a Assistente vivessem gratuitamente na fracção referida em a)”此一事實 (見既證事實第 4 條)。

16. 按以上事實可得知，「XX 玻璃貿易有限公司」與第三嫌犯及輔助人存在《民法典》第 1057 條規定的使用借貸合同關係。其中貸與人為「XX 玻璃貿易有限公司」，借用人為第三嫌犯及輔助人。
17. 換言之，第三嫌犯亦具有正當性及權利進入涉案單位，因其是該使用借貸合同的借用人。
18. 然而，原審法院卻有以下之事實判斷：Cumpre ainda referir que não releva o argumento do 3º arguido de que estava convencido de que podia entrar na casa em causa porque também ali tinha vivido e ainda não estava divorciado, uma vez que, o próprio 3º arguido refere que tempos antes foi com o filho à casa em causa e não conseguiu entrar porque a fechadura havia sido mudada, sabendo assim perfeitamente que tinha perdido o domínio sobre aquele espaço.(見被上訴裁判書第 40 頁)。
19. 在保持充分的尊重下，上訴人實在未能認同原審法院之見解。
20. 就算原審法院認定了於 2010 年第三嫌犯自行搬離了涉案的單位此一事實，其亦不表示第三嫌犯喪失了進入該單位的正當性及權利，因其與「XX 玻璃貿易有限公司」的使用借貸合同從未消滅。
21. 理由是借用人是第三嫌犯和輔助人，只有兩人同時與「XX 玻璃貿易有限公司」通過協議廢止涉及的使用借貸合同，該合同才失效。
22. 由於輔助人一直不願意協議廢止涉及的使用借貸合同，故該合同不能通過協議而被廢止；
23. 此外，輔助人一直主張涉及的使用借貸合同仍然生效，並以此理由拒絕交出涉案的獨立單位，面對這樣的事實背景，第三嫌犯只是自行搬離了涉案的單位，這一事實並不會令涉及的使用借貸合同失效。

24. 既證事實亦沒有證明到涉及的使用借貸合同失效。
25. 第三嫌犯行使使用借貸合同所賦予的權利，進入涉案的獨立單位視為合同法所允許的，其行為沒有違反任何民法上的權利或義務，又怎可能違反了《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之侵入住所罪。
26. 從判決的理據可以得知，「XX 玻璃貿易有限公司」從 1997 年起讓第三嫌犯及輔助人居住於涉案的獨立單位，後來，第三嫌犯離開了涉案的獨立單位去其他地方居住，從此刻起輔助人便將涉案的獨立單位便觸犯了《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之侵入住所罪。
27. 上訴人想提出一個問題，當輔助人將涉案的獨立單位變成自己和兒子的家庭居所時，輔助人難道不知道涉案的獨立單位是「XX 玻璃貿易有限公司」免費借給第三嫌犯和輔助人居住的？。
28. 輔助人有權進入涉案的獨立單位是基於使用借貸合同，而第三嫌犯基於同一合同當然亦有權進入同一獨立單位，第三嫌犯進入同一獨立單位的權利並不會因為輔助人將該單位變成自己的家庭居所而消失，因為這不是合同權利消失的原因。
29. 換言之，輔助人將涉案的獨立單位變成自己和兒子的家庭居所時，其清楚知道第三嫌犯有權進入同一獨立單位，這意味着其接受第三嫌犯進入同一獨立單位的行為不會侵犯其私隱，否則，輔助人不應該選擇同一獨立單位作為其家庭居所，因其可以選擇其他獨立單位作為其家庭居所，例如輔助人父母居住的獨立單位。
30. 事實上，輔助人選擇同一獨立單位作為其家庭居所，這就不能再認為第三嫌犯進入同一獨立單位的行為侵犯了輔助人的私隱，繼而應該開釋四名嫌犯被判處的侵入住所罪。
31. 此外，原審法院認定第三嫌犯和輔助人於 1997 年 6 月 17 日結婚和採取一般共同財產制（見既證事實第 3 點），然而，既證事實並沒有指出第三嫌犯和輔助人已經離婚。
32. 換言之，於案發當日（2013 年 3 月 7 日和 3 月 17 日），第三嫌犯與輔助人是處於結婚的狀態，《民法典》第 1533 條及第 1534

條第 2 款規定夫妻有同居的義務和應該住在家庭居所，第三嫌犯依據前述之規定返回涉案的獨立單位，即輔助人和兒子的家庭居所，亦不會違反前述《民法典》的規定，又何況違反了《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之侵入住所罪。

33. 這樣，上訴人當時跟隨第三嫌犯進入涉案單位便不具不法性，因第三嫌犯具正當性進入該單位，而上訴人亦取得了第三嫌犯的同意。

34. 故上訴人之行為顯然不符合《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之侵入住所罪。

35. 基於此，應開釋上訴人被判處的《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之侵入住所罪。

倘若尊敬的法官 閣下未能認同上述法律理據，上訴人仍會提出以下上訴理由：

(四) 判決無效

I.違反《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 b 項

36. 經對比起訴批示中所載之事實和經庭審後原審法院認定之事實可見，兩者並不一致，當中變更了以下事實：“O arguido D e a arguido E estavam cientes de que até 12/12/2012 a Assistente ainda **utilizava e ocupava** a fracção autónoma referida em a).” (見既證事實第 7 條)(粗體及底線為上訴人所加)；

37. 起訴批示第 18 條提到四名嫌犯是以直接故意形式觸犯了涉及的犯罪：嫌犯 A、嫌犯 B、嫌犯 D 及嫌犯 E 在自由自願有意識的情況下，共謀合意，明知涉案單位為輔助人的住所，仍未經輔助人同意進入單位內。既證事實第 17 條提到四名嫌犯是以或然故意觸犯了涉及的犯罪：“Os arguidos A, B, D e E agiram de forma livre, voluntária, consciente e concertada, admitindo como provável que a Assistente habitava na fracção a que se reporta os autos e ainda assim entraram na mesma sem o consentimento desta e contra a sua vontade.

38. 以及增加以下事實：“Quando os 1º, 2º e 4º arguidos se preparavam para sair do edifício chegou a Assistente acompanhada de um polícia, regressando todos à fracção e abrindo-a.” (見既證事實第 14 條) 及“Uma vez no interior da fracção os arguidos e Assistente envolveram-se em troca de palavras, sendo que o arguido A e a arguido B começaram a retirar as roupas da Assistentes que se encontravam no interior da fracção e a colocá-las dentro de sacos pretos no hall de acesso às fracção naquele piso, sem prejuízo da Assistente lhes pedir para pararem ao que não atenderam.” (見既證事實第 15 條)。
39. 原審法院以上述事實判定兩名上訴人被指控的罪名成立；
40. 澳門刑事訴訟奉行的其中一項原則為審檢分立原則，根據此一原則，由檢察院作出的控訴書或預審法官作出的起訴批示上的事實範圍劃定了訴訟標的，法院原則上只能審理控訴書或起訴批示上的訴訟標的，但法官只能審理範圍內的事實。
41. 審檢分立其中一個主要的功能是確保嫌犯不致就一些在先前階段未曾被列入訴訟標的的事實受審判，確保嫌犯的辯護權能全面地行使、確保嫌犯不致在審判聽證期間面對一些先前未能預見的事實，從而削弱其辯護的準備和能力。
42. 然而，基於訴訟經濟原則，為了讓嫌犯可享有在最短期間內受審的權利，澳門的立法者的取向並不是絕對不容許任何事實變更。只要嫌犯的辯護權不致受到不能接受的限制或損害，法律一定程度上容許在訴訟標的有所變更的情況下，訴訟繼續進行。(參見賴建雄：《預審及審判聽證期間的事實變更》)
43. 事實變更分為實質變更及非實質變更，根據《刑事訴訟法典》第 1 條 f 項之規定，實質變更為引致將一不同之犯罪歸責於嫌犯或引致可科處之制裁之最高限度加重之事實變更。
44. 由於上訴人所面臨的事實變更不屬《刑事訴訟法典》第 1 條 f 項規定之情況，故該事實變更應屬非實質變更。

45. 《刑事訴訟法典》第 339 條第 1 款規定當發生事實之非實質變更時，法官應將該變更告知嫌犯，並在嫌犯提出聲請時，給予其確實必需之時間以準備辯護。
46. “雖然未構成事實實質的變更，但其事實變更仍會對嫌犯的辯護準備構成影響。……此外，雖然只是事實變更並沒有實質變更，但似乎違反了審檢分立原則，因為針對新的事實，法官同時為負責「檢」和「審」的同一實體……”（參見賴建雄：《預審及審判聽證期間的事實變更》）。
47. 事實上，該事實的非實質變更是對上訴人不利及擾亂了上訴人最初之辯護策略，嚴重損害了上訴人之辯護權及違反了辯論原則，因原審法院是以該等事實作為判定上訴人罪名成立的其中一項事實依據。
48. 由此可知，原審法院的審判範圍正是超越了尊敬的刑事起訴法庭法官 閣下所劃定的起訴事實範圍，以及沒有遵守《刑事訴訟法典》第 339 條，即將有關之事實的非實質變更告知上訴人，以確保上訴的辯護權和審檢分立原則之情況下，變更了及增加了尊敬的刑事起訴法庭法官 閣下所劃定的訴訟標的，並以此一超逾原起訴批示中之事實作為處罰之依據。
49. 顯然地，被上訴之裁判違反了《刑事訴訟法典》第 339 條之規定，因其並未履行將有關變更告知上訴人的義務，而根據同一法典第 360 條第 1 款 b 項規定，被上訴人之裁判應為無效。
50. 基於此，被上訴之裁判沾有《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 b 項所指之無效。

倘若尊敬的法官 閣下未能認同上述法律理解，上訴人仍會提出以下上訴理由：

II. 缺乏審理答辯狀

51. 針對起訴批示上指控之犯罪，兩名上訴均有提交答辯狀作出答辯，當中提到“嫌犯 D 亦同樣可以隨時回到泉紹花園 XX 樓 XX 室之獨立單位，因前述之行為得到單位之所有權人「XX 玻璃貿易有限公司」同意”及“……A 更換了屬其所有之獨立單位的門

鎖……”的事實（見卷宗第 655 至 657 頁）。

52. 然而，經查看被上訴裁判中獲證實之事實及不獲證實之事實中均未發現原審法院有對兩名上訴人提交的答辯狀的事實作出審理。
53. 從中級法院多個合議庭裁判可見，法院在審判過程中必須在該刑事訴訟案件的標的包括控訴書或答辯狀所界定的範圍內，即對這些事實作審理，若法院沒有對整個訴訟標的做出應有的查證，便使裁判針對必不可少的事宜中存在漏洞。
54. 法院對於必須審理的問題或者請求沒有作出審理，就陷入了缺乏審理的瑕疵。由於《刑事訴訟法典》沒有獨立規定這方面的法律審理方面的瑕疵，完全合法地借助《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項的規定確定原審法院的決定沾有此項瑕疵（基於《刑事訴訟法典》第 4 條的規定而比照適用（參考中級法院第 518/2004 號合議庭裁判摘要第 1 點）。
55. 基於此，被上訴之裁判沾有透過《刑事訴訟法典》第 4 條補充適用《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項所指之無效。

倘若尊敬的法官 閣下未能認同上述法律理解，上訴人仍會提出以下上訴理由：

III.違反《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 a 項

56. 《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款規定判決中需列舉經證明及未經證明的事實，以及闡述即使扼要但儘可能完整、且作為裁判依據的事實上及法律上的理由，並列出用作形成法院心證且經審查及衡量的證據。
57. 然而，正如上述，經查看被上訴裁判中獲證實之事實及不獲證實之事實中均未發現原審法院有對兩名上訴人提交的答辯狀的事實作出審理。
58. 顯然地，被上訴之裁判違反了《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 a 項的規定。
59. 基於此，被上訴之裁判沾有《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 a 項所指之無效。

請求

綜上所述和依賴法官 閣下之高見，應裁定本上訴理由成立，繼而：

- 宣告開釋上訴人被判處的 1 項《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之侵入住所罪；及
- 宣告開釋上訴人被指控的 2 項《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰的毀損罪；

倘不如此認為，則：

- 宣告被上訴之裁判沾有《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 b 項所指之無效；

倘不如此認為，則：

- 宣告被上訴之裁判沾有透過《刑事訴訟法典》第 4 條補充適用《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項所指之無效；

倘不如此認為，則：

- 宣告被上訴之裁判沾有《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 a 項所指之無效。

輔助人 C 的上訴理由載於卷宗第 950-963 頁 (在此視為全部被轉錄)。²

² 其葡文內容如下：

1. Por acórdão de 17 de Dezembro de 2015, o Tribunal Colectivo:
 - Condenou o 1º arguido A, pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um (1) crime de violação de domicílio, p. e p. pelo nº 1 do artigo 184º do CP na pena de 60 (sessenta) dias de multa, substituída por quarenta (40) dias de prisão no caso de não ser paga voluntariamente nem substituída por trabalho;
 - Condenou o 2º arguido B, pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um (1) crime de violação de domicílio, p. e p. pelo nº 1 do artigo 184º do CP na pena de 60 (sessenta) dias de multa, substituída por quarenta (40) dias de prisão no caso de não ser paga voluntariamente nem substituída por trabalho;
 - Condenou o 3º arguido D, pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um (1) crime de violação de domicílio, p. e p. pelo nº 1 do artigo 184º do CP na pena de 80 (oitenta) dias de multa, substituída por cinquenta e três (53) dias de prisão no caso de

-
- não ser paga voluntariamente nem substituída por trabalho; e
- Condenou o 4º arguido E, pela prática em co-autoria material e na forma consumada de um (1) crime de violação de domicílio, p. e p. pelo nº 1 do artigo 184º do CP na pena de 80 (oitenta) dias de multa, substituída por cinquenta e três (53) dias de prisão no caso de não ser paga voluntariamente nem substituída por trabalho.
 - Absolveu os 1º e 2º arguidos, A e B, pela prática em co-autoria material e na forma consumada de dois crimes de dano p. e p. pelo nº 1 do artigo 206º do CP.
2. Por não se conformar com esta decisão que absolveu os dois arguidos dos crimes de dano, a Recorrente vem interpor recurso.
 3. A Recorrente entende que existem factos dados como provados que não foram valorados de forma objectiva pelo Tribunal na determinação de absolvição dos dois arguidos pela prática dos crimes de dano.
 4. A Recorrente entende que existe erro na determinação da norma aplicável à absolvição dos arguidos.
 5. Salvo o devido respeito por melhor entendimento, a Recorrente considera que a decisão padece de vício de interpretação e enquadramento incorrecto da disposição legal aplicável, violando o disposto no nº 1 do artigo 400º do CPP.
 6. Do julgamento, foram provados os factos de danificação das fechaduras da fracção habitacional da Recorrente.
 7. O arguido A e a arguida B levaram um chaveiro até à fracção acima referida, substituíram a fechadura do portão de ferro no dia 7/3/2013, e substituíram a da porta de madeira no dia 17/3/2013. (vide fls. 16 do Acórdão)
 8. O arguido A e a arguida B agiram de forma livre, voluntária, consciente e concertada, trocando as fechaduras do portão de ferro e da porta de madeira da fracção. (vide fls. 16 do Acórdão)
 9. Contudo, o Tribunal a quo concluiu que, no caso em apreço, o crime de violação de domicílio praticado pelos arguidos consome o crime de dano, por haver relação de concurso aparente entre esses crimes. (vide 2º parágrafo de fls. 45 a 2º parágrafo de fls. 46 do Acórdão)
 10. A Recorrente não pode concordar com a interpretação e o enquadramento dados pelo Tribunal a quo, por:
 - i) No dia 7 de Março de 2013, o arguido A e a arguida B levaram um chaveiro até à Rua de Leôncio Ferreira, nº 3, XXº andar “XX”, Edifício “Chun Siu Fa Un”, onde substituíram apenas a fechadura do portão de ferro, e deixaram intacta a da porta de madeira que, posteriormente, foi substituída no dia 17 de Março de 2013.
 - ii) Evidentemente, os mesmos não poderiam ter acesso àquela fracção, não podendo ter praticado o crime de violação de domicílio.
 - iii) Mas, o Tribunal a quo considerou que o crime de violação de domicílio que, na realidade, não se verificou naquele dia, consome o crime de dano praticado pelos aludidos arguidos, por concurso aparente de crimes e decreta absolvição dos arguidos.
 - iv) Verifica-se, notoriamente, erro na determinação da norma aplicável à absolvição dos artigos, violando o disposto no nº 1 do artigo 400º do CPP.
 - v) Salvo melhor opinião, o crime de dano acima referido trata-se de um acto ilícito autónomo, pelo que, deveriam ser condenados o arguido A e a arguida B ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 206º do CP, pela prática do crime de dano da fechadura do portão de ferro.
 - vi) Relativamente ao crime de dano praticado em 17 de Março de 2013, o arguido A e a arguida B substituíram naquela data a fechadura da porá de madeira e,

檢察院的上訴理由

subsequentemente, os quatro arguidos entraram naquela fracção, sem o consentimento da Recorrente e contra a sua vontade, cometendo o crime de violação de domicílio que acabaram por ser todos punidos, no âmbito dos presentes autos, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 184º do CP.

- vii) Sob o mesmo argumento, o Tribunal a quo considera que o crime de violação de domicílio consome o de dano, por haver concurso aparente de crimes, uma vez que o crime de dano não é mais do que o meio para executar o outro.
- viii) Sobre esta questão, o Tribunal a quo fundamentou a sua conclusão baseando na interpretação constante da obra “Comentário Conimbricense do Código Penal Português, Tomo I, pág. 713º em comentário ao artigo 190º (que corresponde ao artigo 184º do Código Penal de Macau): *«Também será de concurso aparente a relação entre a violação de domicílio e o crime de dano, na medida em que se concretize sob a forma de arrombamento. A punição do agente pelo crime de violação de domicílio qualificado nos termos do nº 3 do artigo 190º consome o crime de Dano»*. (Sublinhado nosso)”
- ix) O nº 1 do artigo 184º do CP dispõe que “*quem, sem consentimento, se introduzir na habitação de outra pessoa, ou nela permanecer depois de intimado a retirar-se, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 240 dias.*”
- x) E o nº 3 do mesmo artigo dispõe que “*se o crime previsto no nº 1 for cometido de noite ou em lugar ermo, por meio de violência ou ameaça de violência, com uso de arma ou por meio de arrombamento, escalamento ou chave falsa, ou por três ou mais pessoas, o agente é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.*”
- xi) Ou seja, resulta da norma acima referida que quanto a prática do crime de violação de domicílio associado de arrombamento, este não é considerado um crime autónomo, mas sim uma circunstância agravante, sendo o autor de crime punido por prática de um único crime de violação de domicílio qualificado.
- xii) No caso em apreço, se o arguido A e a arguida B fossem condenados, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 184º do CP, o crime de dano da fechadura da porta de madeira seria absorvido, por se considerar apenas uma circunstância agravante do crime.
- xiii) Contudo, o Tribunal a quo puniu os dois arguidos ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 184º do CP, e por outro lado determinou absolve-los do crime de dano da fechadura de porta de Madeira, aplicando-se, sem qualquer justificação, o disposto no nº 3 do mesmo artigo que venha consumir o crime de dano.
- xiv. Salvo o devido respeito por melhor entendimento, existe erro na determinação da norma aplicável à absolvição dos arguidos, violando o disposto no nº 1 do artigo 400º do CPP.
- xv. Deveriam o arguido A e a arguida B ser condenados pela prática de outro crime de dano, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 184º e nº 1 do artigo 206º do CP.
- xvi. Em resumo, e pelo exposto, deveriam o arguido A e a arguida B ser, cada um deles, condenados pela prática de dois crimes de dano.

Nestes termos e nos mais de Direito, que Vossas Excelências doutamente suprirão, deverá o presente recurso ser julgado procedente, revogando-se a decisão que absolveu o arguido A e a arguida B dos dois crimes de dano, devendo puni-los nos termos do nº 1 do artigo 206º do Código Penal, pela prática de dois crimes de dano.

Assim procedendo, farão Vossas Excelências inteira e acostumada Justiça!

1. 被上訴之判決未證實案發時涉案單位乃輔助人之住所及嫌犯 D 是否有權出入該單位。
2. 上述事實對於認定各嫌犯之行為是否構成《刑法典》第 184 條第 1 款規定及處罰的侵犯住所罪屬重要事實。
3. 因此，被上訴之判決所認定的事實不足以支持得出認定各嫌犯實施了侵犯他人住所罪的結論，因而存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指之獲證明之事實不足以支持作出裁判之瑕疵。
4. 被上訴之判決在認定事實方面，一方面沒認定輔助人居住於涉案單位，而只是“utilizava e ocupava”該單位，另一方面又認定各嫌犯明知輔助人可能住在該單位內，因而存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項規定的理由說明方面不可補正的矛盾的瑕疵。
5. 即使不認同上述結論，由於各嫌犯存在《刑法典》第 15 條第 1 款和第 2 款規定的對事實情節的錯誤，而被上訴之判決未認定各嫌犯對事實情節存在認識錯誤這一事實，因而違反了《刑法典》第 15 條的規定，這一錯誤構成了《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c 項所指之在審查證據方面的明顯錯誤。
6. 即使認為各嫌犯進入了輔助人的住所，由於各嫌犯存在《刑法典》第 15 條第 1 款和第 2 款規定的對事實情節的錯誤，故阻卻故意，彼等非故意侵犯他人住所。
7. 即使不認同上述結論，嫌犯 D 亦存在《刑法典》第 16 條規定之對不法性的錯誤，其行為無罪過。
8. 被上訴之判決認定各嫌犯共同故意實施了《刑法典》第 184 條第 1 款規定及處罰之侵犯住所罪，違反了《刑法典》第 15 條第 1 款和第 2 款以及第 16 條之規定，亦違反了第 184 條第 1 款之規定。
9. 《刑法典》第 184 條第 1 款規定及處罰之侵犯住所罪應為直接故意犯罪，被上訴之判決裁定各嫌犯以間接故意形式實施前述犯罪，違反及錯誤地適用了第 184 條第 1 款之規定。

因此，澳門中級法院應當廢止本上訴所針對之判決，改判刑事起訴法庭起訴書中對四名嫌犯指控犯有的一項《刑法典》第 184 條第 1 款規定及處罰之侵犯住所罪罪名不成立，並予以開釋；或將卷宗發回，指令澳門初級法院重新審理。

A 和 B 對輔助人的上訴作出了答覆，並提出了下列理據：

1. 輔助人認為既證事實包含 A 和 B 帶同鎖匠去更換了涉案單位的鐵門和木門門鎖，一次發生在 2013 年 3 月 7 日，另一次發生在 2013 年 3 月 17 日，故符合了毀損罪的定罪前提。
2. 刑法典第 206 條第 1 款規定了毀損罪的犯罪前提：使他人之物全部或部分毀滅，又或使之損壞、變形或失去效用者，處最高三年徒刑或科罰金。
3. 被輔助人上訴的合議庭裁判第 1 條既證事實中清楚指出：A “Vidraçaria XX Companhia Limitada”, na década de 1990, terá adquirido a fracção localizada na Rua de Leôncio Ferreira nº 3, edifício “Chun Chio Fa Un”, XXº andar XX.
4. 獲證事實第 8 條指出：Em data igual ou anterior a 17 de Dezembro de 2012, “Vidraçaria XX Companhia Limitada” vendeu a fracção destinada a habitação identificada supra ao arguido A e sua esposa G.
5. 連輔助人在上訴的結論第 6 點中指出：“Do julgamento, foram provados os factos de danificação das fechaduras da fracção habitacional da Recorrente.”，換言之，輔助人亦承認涉案的單位不是屬於輔助人的，是其居住的單位，雖然上訴人對輔助人認為涉案的單位是其住宅這一事實不表認同，因為既證事實顯示案發當時輔助人經常在其母親的家中居住。
6. 這樣，涉案的獨立單位是屬於 A 及其太太 G 的，換言之，不是屬於輔助人的。
7. 上訴人 A 更換了屬於其單位的門鎖無可能觸犯了刑法典第 206

條第 1 款規定及處罰的毀損罪。

8. 面對涉案單位不是屬於輔助人的，這樣便引發了一個思考：輔助人是否具有上訴的正當性，為了回答這一個問題，可以參考終審法院第 128/2014 號合議庭裁判：MAIA GONÇALVES⁴ 便持這種觀點，他指出："輔助人是否有就量刑提出上訴的正當性的問題歷來都是有爭議的，司法裁判對此也是莫衷一是。我們認為，對於這個問題不能給予一般性的答案，而應該具體個案 具體分析。如果輔助人在個案中有具體及切身的上訴利益，因為他能夠從量刑中獲得益處，例如避免時效的完成，那麼他便可以針對 量刑提出上訴。否則，不能允許其提出上訴。司法見解已經確定了這樣的方向"。

基於以上所述，應裁定輔助人的上訴理由不成立，繼而駁回輔助人的上訴，請求法院一如既往地作出公正裁決。

檢察院對上訴人 A 的上訴作出了答覆，並提出下列理據：

1. 上訴人提及之被上訴之判決存在獲證明之事實不足以支持裁判之瑕疵的上訴理由成立。
2. 上訴人提及之被上訴之判決適用法律錯誤的上訴理由成立。

據此，上訴人之上訴請求應予支持。

基於維護合法性及客觀原則的要求，茲提請中級法院，判定上訴理由成立，進而廢止上訴所針對之裁判。

檢察院對上訴人 B 的上訴作出了答覆，並提出下列理據：

1. 嫌犯 B 的上訴理由明顯不成立；
2. 然而，被上訴之判決存有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指之獲證明之事實不足以支持作出裁判的瑕疵、第 400 條第 2 款 b 項規定的理由說明方面不可補正的矛盾的瑕疵、第 400 條第 2 款 c 項所指之在審查證據方面的明顯錯誤的瑕疵及違反及錯誤地適用《刑法典》第 184 條第 1 款之規定等導致應被廢

止之原因。

因此，中級法院在認定嫌犯上訴理由不成立的同時，仍可依前述本院提出之任一理由廢止被上訴之判決。

基於維護合法性及客觀原則的要求，茲提請中級法院，判定上訴理由不成立，但以本院上訴中所提及之理由廢止上訴所針對之判決。

檢察院對輔助人 C 的上訴作出了答覆，並提出下列理據：

1. 由於判定嫌犯 A 和 B 毀損罪的前提（他人住所的門鎖）不存在，故上訴人的上訴理由明顯不成立。
2. 然而，被上訴之判決存有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指之獲證明之事實不足以支持作出裁判的瑕疵、第 400 條第 2 款 b 項規定的理由說明方面不可補正的矛盾的瑕疵、第 400 條第 2 款 c 項所指之在審查證據方面的明顯錯誤的瑕疵及違反及錯誤地適用《刑法典》第 184 條第 1 款之規定等導致應被廢止之原因。

因此，中級法院在認定上訴人上訴理由不成立，駁回其請求；同時依前述本院提出之任一理由廢止被上訴之判決。

基於維護合法性及客觀原則的要求，茲提請中級法院，判定上訴理由不成立，駁回上訴人的請求，並以本院上訴中所提及之理由廢止上訴所針對之判決。

輔助人 C 對 A B 及檢察院提起的上訴作出了答覆，並提出了理據。

3

³ 其葡文內容如下：

1. O 1º Arguido A e a 2ª Arguido B, bem como o Ministério Público não se conformam com o duto Acórdão, ora proferida, por entender que os arguidos deveriam ter sido absolvidos;
A) Recurso interposto pelo Arguido A)
2. O Recorrente A vem levantar a questão sobre se a Assistente residia na fracção autónoma em causa, na data em que se verificou a violação de domicílio;

-
3. A Assistente vem justificar com os factos provados elencados no acórdão recorrido, nomeadamente artigos 4º, 5º, 6º, 7º, 10º e 11º, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, para justificar que ela residia na fracção em causa.
 4. O arguido D e a Assistente viviam na fracção em causa, sob autorização da proprietária do Imóvel, “Vidraçaria XX Companhia Limitada”.
 5. Em 2010, o arguido D saiu daquela fracção, a Assistente e o seu filho continuavam a ali habitar, facto este constante da carta de fls. 91 e 92, e nunca foi impugnado, quer por parte da XX, quer por parte do Recorrente A.
 6. No dia 7 de Março de 2013, depois de substituição da fechadura, o Recorrente A deixou uma carta à Assistente informando-a para desocupar a fracção dentro prazo fixado.
 7. Se o Recorrente A soubesse que a fracção era devoluta e não habitada, poderia ocupar imediatamente a fracção, e não necessitando de avisar a ocupante do Imóvel para sair.
 8. Como o Recorrente A reconheceu pelo facto de a fracção ser domicílio da Assistente, concedeu-lhe prazo para desocupar do local.
 9. Assim sendo, fica provado que a Assistente durante o mês de Março de 2013 utilizava a fracção autónoma em causa como domicílio seu.
 10. Em relação à fracção em causa que sai na Rua Leôncio Ferreira nº 3, XXº andar XX, Edifício Chun Sio Fa Un, existe um contrato de comodato, sendo comodante a XX e comodatários o arguido D e a Assistente.
 11. O Recorrente A entende que, sendo comodatário, o arguido D tem legitimidade de entrar no Imóvel.
 12. Não obstante o arguido D ter saído do Imóvel, em 2010, ele ainda tem legitimidade de entrar no Imóvel, e o contrato de comodato é ainda válido.
 13. O arguido D e a Assistente ainda são casados, sendo que os cônjuges estão vinculados pelo dever de coabitação, e devem adoptar a residência da família, pelo que, o regresso do arguido D ao Imóvel não constitui crime de violação de domicílio.
 14. Em 2010, o arguido D saiu do Imóvel e nunca mais voltou, até à data em que se verificou a violação de domicílio, por arrombamento.
 15. A saída dele do Imóvel representa a renúncia voluntária do contrato de comodato por parte deste arguido e reconhecida pela XX, visto que a carta de fls. 85 a 90, enviada pela comodante XX, foi endereçada apenas para a Assistente e não para os dois comodatários.
 16. Nessa mesma carta, a XX reconheceu que o arguido D tinha deixado de viver definitivamente no Imóvel.
 17. Situação idêntica foi verificada em 25 de Junho de 2011, quando a XX pediu à Assistente cópia da chave do Imóvel, cuja carta foi dirigida também apenas à Assistente e não aos dois comodatários. (vide carta de fls. 98 e 99)
 18. O arguido D abandonou o Imóvel, e deixou de cumprir os deveres conjugais, cessando a comunhão de cama, mesa e habitação com a Assistente, deixando de ter domicílio comum do casal.
 19. Pelo que, no dia 17 de Março de 2013, quando o arguido D entrou no Imóvel, cometeu o crime de violação de domicílio p. p. pelo artigo 184º, nº 1 do C.P.
 20. Sobre esta questão veja-se a Anotação e Comentário ao Código Penal de Macau, Volume III – Crimes contra a pessoa, pág. 500, de Manuel Leal-Henrique: “Comete o crime de introdução em casa alheia o marido, separado de facto da mulher já mais de um ano, que entra violentamente e contra a vontade dela na casa de habitação em que o casal vivera e que ele abandonou para viver em outro local. (Ac. Rel. Lisboa, Portugal, de 17.11.93, Col. Jur. XVIII, 5, pág. 163)”
 21. O Recorrente A indica que o Tribunal a quo não conheceu da matéria de factos constantes

da contestação de fls. 655 a 657, respeitante à substituição de fechaduras pelos arguidos A e B.

22. Relativamente à substituição de fechaduras das duas portas do Imóvel, foi provada a tal substituição, conforme os artigos 11º e 12º da página 16 do acórdão recorrido, que aqui se dão por integralmente reproduzidos.
23. Apesar de ter provado a prática do crime de danos acima referido, o Tribunal a quo acabou por declarar absolver os 1º e 2º arguidos dos dois crimes de dano, por haver relação de concurso aparente entre o crime de violação de domicílio e o de dano, sendo este consumido por aquele.
24. Pelo que, não se afigura haver omissão por parte do Tribunal a quo no conhecimento da matéria de factos constante da contestação, que gera a nulidade da sentença ora arguida pelo Recorrente A.

B) Recurso interposto pela Arguido B

25. A Recorrente B vem invocar que a Assistente confessou, na contestação junta ao Processo nº CV2-15-0078-CAO, em que o aqui Recorrente A é Autor e a aqui Assistente é Ré, o Imóvel tratar-se da casa de morada da família do arguido D, Assistente e filho, desde 1997 até 23 de Novembro de 2015.
26. Para os devidos efeitos, juntou ao respectivo recurso, o articulado apresentada pela Assistente naquele processo cível.
27. Como se referiu, o arguido D e a Assistente ainda são casados, cujo casamento ainda não foi dissolvido.
28. Em 2010, o arguido D abandonou a casa de morada da família, não mais voltou e deixou de cumprir os deveres conjugais, cessando a comunhão de cama, mesa e habitação com a Assistente, o que, na opinião da Assistente, não deve mais falar-se em domicílio comum do casal.
29. Pelo que, no dia 17 de Março de 2013, quando o arguido D entrou no Imóvel, com violência, isto é, por arrombamento e sem consentimento da Assistente, cometeu o crime de violação de domicílio p. p. pelo artigo 184º, nº 1 do C.P.
30. Quanto à questão sobre marido separado de facto da mulher que abandonara da casa e voltou entrar nela com violência e sem consentimento da mulher, este tema já foi abordado no ponto 20 desta Conclusão, pelo que, a Assistente remete a resposta para aquela alínea.

C) Recurso interposto pelo Ministério Público

31. O Ministério Público vem pôr em causa a questão sobre o domicílio de quem era a fracção em causa à data (17 de Março de 2013) em que os arguidos entraram nela.
32. Relativamente ao facto provado constante do artigo 7º da pág. 14 do acórdão recorrido (“O arguido D e a arguida E estavam cientes de que até 12/12/2012 a Assistente ainda utilizava e ocupava a fracção autónoma referida em a)), o Ministério Público entende que o Tribunal a quo usou os termos “utilizava e ocupava” e não “residiam (em chinês: “居住”)” porque o Tribunal a quo conclui que, à data do incidente, o Imóvel não era domicílio da Assistente.
33. Salvo o devido respeito, a Assistente não pode concordar com o Ministério Público, porque, na realidade, naquele momento, a Assistente residia na fracção em causa, que o Tribunal a quo também tem este entendimento.
34. Se não, vejamos.
35. A língua portuguesa é como outras línguas que têm palavra com significados múltiplos. Como o caso em apreço, a palavra “ocupar” tem também o significado de “habitar”³ (em chinês: “居住”³).

-
36. Pelo que, conforme alegação do Ministério Público, ficam provados os factos constantes naquele parágrafo: “a Assistente ainda utilizava e ocupava (habitava ou em chinês “居住”) a fracção autónoma em causa.”
 37. Pelo que, fica esclarecida a dúvida suscitada pelo Ministério Público
 38. Por outro lado, o Ministério Público vem invocar que o Tribunal a quo não apreciou o assunto sobre se o arguido D, na qualidade de marido, tinha o direito de entrar na fracção ou não, atendendo que aquela fracção era domicílio comum do casal.
 39. Afigura-se que a questão levantada pelo Ministério Público trata-se de uma questão de direito.
 40. Quanto a esta matéria sobre marido separado de facto da mulher que abandonara da casa e voltou entrar nela com violência e sem consentimento da mulher, este tema já foi abordado no ponto 20 desta Conclusão, pelo que, a Assistente remete a resposta para aquela alínea.
 41. O Ministério Público alega que da decisão recorrida não foi provado que a Assistente residia na fracção em causa, mas apenas “utilizava e ocupava” esta. E por outro lado, foi provado que os arguidos admitiram como provável que a Assistente habitava na fracção, padecendo de vício de contradição insanável da fundamentação, nos termos do artigo 400º, nº 2, alínea b) do Código de Processo Penal.
 42. Relativamente a esta questão, já foi exposta a explicação sobre o uso de termos optados pelo autor da redacção, podendo a palavra “ocupar” ter também o significado de “habitar (em chinês 居住)”, pelo que, não se verifica a contradição ora indicada pelo Ministério Público, e consequentemente, não padece de vício de contradição insanável da fundamentação, nos termos do artigo 400º, nº 2, alínea b) do Código de Processo Penal.
 43. No recurso apresentado pelo Ministério Público, este vem levantar a questão sobre se os arguidos praticaram o crime dolosamente.
 44. No entendimento da Assistente, não se afigura haver dúvida que o crime foi praticado com dolo, pelas razões a seguir indicadas:
 45. O arguido A, através da carta emitida pelo advogado (folhas 93 a 96), comunicou à Assistente da compra de imóvel por ele e sua esposa, solicitando a sua desocupação, a remoção dos seus objectos pessoais e a entrega das chaves do imóvel. (artigo 9º dos factos provados)
 46. O Recorrente A enviou a carta acima referida à Assistente, endereçada para a morada onde fica o Imóvel, porque ele sabia perfeitamente que a Assistente residia naquele local.
 47. Sabia também que o Imóvel foi emprestado ao sócio pela sociedade, e esta tolera a Assistente a ali residir (“居住”³).
 48. Mais sabia que a fracção era destinada a habitação e não outra finalidade. (vide busca predial emitida pela Conservatória do Registo Predial de fls. 96)
 49. Após recebida a carta de fls. 94 e 95, a Assistente respondeu ao mandatário da XX, D, A e G Mabel, declarando expressamente que a fracção onde a Assistente e o seu filho menor habitavam era a sua casa de morada da família. (carta de filhas 91 e 92 e artigo 10º dos factos provados)
 50. Portanto, não há margem de dúvida de que o arguido A tenha conhecimento, ou pelo menos fique alertado que a Assistente e o filho menor habitavam na fracção em causa.
 51. Salvo melhor opinião, ao arrombarem a porta de madeira e introduzirem no Imóvel, praticando-se o crime de violação de domicílio, p. p. pelo artigo 184º, nº 1 do C.P., os arguidos actuaram com intenção de realizar o facto típico.
 52. O Ministério Público entende que os arguidos consideram que no dia em que se

-
- introduziram no Imóvel, ninguém habitava naquele local, não obstante se encontrarem ali objectos pessoais da Assistente.
53. Os arguidos tinham o mesmo conhecimento dos factos como os constantes do acórdão recorrido: “O arguido D e a arguida E estavam cientes de que até 12/12/2012 a Assistente ainda utilizava e ocupava a fracção autónoma referida em a).”
54. Além disso, não foi provado o facto de o arguido D não ter direito de entrar na fracção em causa (pelo menos não foi apurado), pelo que, entrada de D e dos outros três arguidos sob autorização dele não carecia de consentimento da Assistente.
55. A Assistente não pode concordar com a consideração do Ministério Público, pelas seguintes razões:
56. O arguido A tomou conhecimento, através da troca das cartas entre ele e a Assistente (fls. 91 a 92 e 94 a 95), de que a Assistente habitava na fracção em causa; e os arguidos D e E também estavam cientes de que até 12/12/2012 a Assistente ainda utilizava e ocupava (habitava) a fracção autónoma referida.
57. Como já foi referido, que a palavra “ocupar” tem também o significado de “habitar”³ (em chinês: “居住”³).
58. Por isso, não pode agora vir dizer que “os arguidos consideraram que no dia em que se introduziram no Imóvel, ninguém habitava naquele local, não obstante se encontrar ali objectos pessoais da Assistente.”
59. Associado com a oposição da Assistente aquando da remoção dos objectos pessoais da Assistente, pelos arguidos A e B, os arguidos não poderiam ignorar que a fracção era habitada pela Assistente.
60. Pelo que, não se verifica erro sobre as circunstâncias do facto por parte dos arguidos.
61. O Ministério Público entende que, o arguido D pensasse poder entrar legitimamente, cometendo em erro sobre a ilicitude do facto, porque ele julgava que a sua conduta era legítima.
62. Logo, quanto aos outros três arguidos, que os mesmos entraram na fracção sob consentimento do arguido D que tinha erro sobre a ilicitude do facto, ficaria excluído o dolo dos referidos três arguidos.
63. A Assistente também não pode concordar com a consideração do Ministério Público, visto que foi provado o facto de o arguido D e a arguida E estarem cientes de que até 12/12/2012 a Assistente ainda utilizava e ocupava (habitava) a fracção autónoma.
64. EM 2010, o arguido D saiu do Imóvel e nunca mais voltou, até à data em que se verificou a violação de domicílio.
65. Seria normal entrar numa fracção habitacional, por arrombamento de porta, por uma pessoa (habilitada com curso universitário) que julgue ter direito sobre esse imóvel? E as pessoas que a acompanham acham normal ser convidada a sua entrada numa fracção habitacional, cujo acesso é efectuado por violência, isto é, por arrombamento de porta.
66. Se os arguidos A e B achassem que o seu acesso à fracção em causa seria legitimado por autorização do arguido D, porque é que, ao substituir a fechadura do portão de ferro, não pederia autorização ou consentimento ao arguido D? Tendo o feito quando substituiu a fechadura da porta de madeira.
67. Face ao exposto, a conduta do arguido D não é susceptível de ser entendido como erro sobre a ilicitude do facto, bem como exclusão de dolo dos restantes arguidos, como pretende ver o Ministério Público.
- Nestes termos, e nos melhores de direito que Vossas Excelências doutamente suprirão, deve ser negado provimento aos recursos e, em consequência, ser o douto Acórdão

駐本院助理檢察長提出了法律意見書，其內容如下：

2015 年 12 月 17 日，初級法院判處嫌犯 A、B、D 及 E 以共同正犯及既遂方式對輔助人 C 實施了 1 項《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之「侵入住所罪」，並宣告指控嫌犯 A、B 觸犯《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰之「毀損罪」罪名不成立。

嫌犯 A、B、輔助人 C 及檢察院均不服初級法院上述裁判而分別向中級法院提出上訴。

在其上訴理由中，上訴人 A 指責被上訴的合議庭違反了審檢分立原則、辯論原則，以及《刑事訴訟法典》第 339 條之規定，屬於同一法典第 360 條第 1 款 b 項所規定之無效；又或作為另一個補充上訴理由，上訴人 A 亦指責被上訴的合議庭無審理由上訴人 A 所提交的答辯狀，因而違反了《刑事訴訟法典》第 4 條及《刑事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項之規定，又或因無說明形成心證且經審查及衡量的證據，屬於同一法典第 360 條第 1 款 a 項所規定之無效（見卷宗第 927 頁至第 939 頁）。

在其上訴理由中，上訴人 B 提交了一份其認為有用的民事訴訟文件，指出嫌犯 D 有進出涉案單位的自由，故其跟從嫌犯 D 進入涉案單位之行為不具不法性（見卷宗第 910 頁至第 926 頁）。

在其上訴理由中，上訴人 C（輔助人）認為「侵入住所罪」及「毀損罪」之間應存在實質競合的關係，應以 2 項《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰之「毀損罪」分別對嫌犯 A 及 B 定罪判刑（見卷宗第 950 頁至第 963 頁）。

在上訴理由中，檢察院提起上訴之助理檢察長閣下認為被上訴之合議庭裁判沾有“獲證明之事實不足以支持裁判”及“在理由說明方面存在不可補救的矛盾”之瑕疵，違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項、b 項之規定；此外亦認為，本案各嫌犯的行為屬於《刑法典》第 15 條第 1 款及第 2 款所規定之“對一罪狀之事實要素的錯誤”及在獲得同意的情況下作出的，因而阻卻故意，又或屬於《刑法典》第 16 條第 1 款所規定之“對不法性之錯誤”，行為無罪過，從而指責被上訴的合議庭裁判

recorrido mantido, assim se fazendo a devida, habitual e serena.

對本案嫌犯作出定罪裁判違反了《刑法典》第 184 條第 1 款之規定（見卷宗第 940 頁至第 949 頁）。

對於上訴人 A、B、輔助人 C 及檢察院之上訴理由，我們完全不能予以認同。

1)關於上訴人 A 之上訴理由

在其上訴理由中，上訴人 A 認為輔助人 C 已離開了住所，其私穩便不再受到保護，且從既證事實中未見證實有關單位是輔助人 C 的住宅和案發時輔助人是在該家庭居所內居住的事實，故指責被上訴的裁判沾有“獲證明之事實不足以支持裁判”之瑕疵。

同時，上訴人 A 又認為「侵入住所罪」吸收了「毀損罪」，請求中級法院開釋「侵入住所罪」、「毀損罪」及有關民事責任。

作為補充上訴理由，上訴人 A 指責被上訴的合議庭變更或增加了第 7 點、第 17 點、第 14 點及第 15 點之已證事實，違反了審檢分立原則、辯論原則，違反了《刑事訴訟法典》第 339 條之規定，屬於同一法典第 360 條第 1 款 b 項所規定之無效。

又或作為另一個補充上訴理由，上訴人 A 指責被上訴的合議庭無審理由上訴人 A 所提交的答辯狀，因而違反了《刑事訴訟法典》第 4 條及《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項之規定，又或因無說明形成心證且經審查及衡量的證據，屬於同一法典第 360 條第 1 款 a 項所規定之無效。

對於上訴人 A 上述任何一個角度所闡述的上訴理由，我們認為均屬明顯不成立的。

a)關於違反《刑事訴訟法典》第 4 條及《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項、第 360 條第 1 款 a 項之規定而生之無效

我們知道，獲證事實與不獲證事實的總和等同訴訟標的的全部事實。

根據主流意見，一審法院審理事實問題時，倘沒有調查全部載於訴訟標的（控訴書、起訴書、自訴書、答辯狀等）中的待證事實，由此而產生剩下的獲證事實不足，導致一審法院作出的有罪或無罪判決欠缺足

夠的事實基礎，就是沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指的“事實不足”的瑕疵。

被告所提交的書面答辯中所提出的事實是訴訟標的的組成部份，法官有義務對之進行調查和審理，如其無對之作出調查，就會導致“獲證明之事實不足以支持裁判”的瑕疵出現，屬《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所規定之上訴依據。

在本具體個案中，我們看見被上訴的合議庭裁判已將所有嫌犯（包括上訴人 A）所提交的答辯狀（見卷宗第 874 頁背面）劃入審判標的的範圍，儘管無詳加闡述，被上訴的合議庭作出的裁判是建基於刑事起訴法庭起訴書、所有嫌犯（包括上訴人 A）所提交的答辯狀、輔助人 C 之民事請求的內容的，並未見有違反審檢分立原則，亦已完全滿足法律所要求的裁判書的形成要件。

因此，我們認為被上訴的合議庭裁判並無違反《刑事訴訟法典》第 4 條及《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項，從而不存在同一法典第 360 條第 1 款 a 項所規定之無效。

鑒於此，上訴人 A 此部份上訴是明顯不成立的。

b)關於“獲證明之事實不足以支持裁判”之瑕疵

《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指的瑕疵已曾在眾多不同的司法見解中作出過精辟的解讀，包括中級法院第 32/2014 號上訴案件於 2014 年 3 月 6 日作出的裁判，叫我們不得不再表認同：

“1.所謂的事實不充分的瑕疵僅存在於法院沒有證實必要的可資作出適當法律適用以及決定案件實體問題的事實；法院在審判過程中必須在該刑事訴訟案件的標的包括控訴書或辯護詞所界定的範圍內，對這些事實作調查。……”

正如上述，在本具體個案中，被上訴法庭已一一就起訴書、所有嫌犯（包括上訴人 A）所提交的答辯狀、輔助人 C 之民事請求所劃定的訴訟標的作出了必要的調查，而被上訴合議庭裁判書中亦已列載了已證事實及未證事實來作為原審法院形成心證的基礎。

而在被上訴的合議庭裁判理由陳述中，我們亦看見原審法院已就其

對《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之「侵入住所罪」的理解及學說一一闡明，並清楚指出，卷宗事實反映輔助人 C 確實以涉案單位為其居所，即使以非永久性居住方式居住，彼等嫌犯清楚知道彼等是在違反輔助人 C 的意願下而進入該單位的（見卷宗第 893 頁）。

因此，我們認為，上訴人 A 提出的此部份上訴理由，尤其認為輔助人 C 已離開了住所，其私隱便不再受到保護，且從既證事實中未見證實有關單位是輔助人 C 的住宅和案發時輔助人是在該家庭居所內居住的事實，法院在調查事實時其實已審理過，並無出現了任何遺漏，上訴人 A 純粹只是不同意被上訴法院的心證而已。

鑒於此，上訴人 A 指責被上訴裁判違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項之規定是毫無道理的，應裁定上訴人 A 此部份上訴理由明顯不成立。

c)關於「毀損罪」

被上訴的合議庭已於 2015 年 12 月 17 日宣告指控嫌犯 A、B 觸犯《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰之「毀損罪」罪名不成立（見卷宗第 896 頁背面）。

因此，毫無懸念，上訴人 A 此部份上訴理由是明顯不成立的。

d)關於因違反審檢分立原則、辯論原則及《刑事訴訟法典》第 339 條及第 360 條第 1 款 b 項之規定而生之無效

作為補充上訴理由，上訴人 A 指責被上訴的合議庭變更或增加了第 7 點、第 17 點、第 14 點及第 15 點之已證事實均未載於刑事起訴法庭的起訴書內，指責被上訴的合議庭作出此等事實變更是違反了審檢分立原則、辯論原則，違反了《刑事訴訟法典》第 339 條之規定，屬於同一法典第 360 條第 1 款 b 項所規定之無效。

經仔細閱讀被上訴的合議庭變更或增加了第 7 點、第 17 點、第 14 點及第 15 點之已證事實，我們認為，這些變更或增加純屬用辭表達的問題，即使接受這些變更或增加，訴訟標的仍在《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之「侵入住所罪」所涉及的事實範圍之內，並未見出現《刑事訴訟法典》第 339 條或第 340 條所規定的非實質事實變更或實質事實變更，以致影響法院管轄權或嫌犯辯護權的情況。

因此，我們認為，上訴人 A 此部份純粹針對被上訴的合議庭裁判咬文嚼字的上訴理由同樣是明顯不成立的。

2)關於上訴人 B 之上訴理由

在其上訴理由中，上訴人 B 一併提交其於 2015 年 12 月 7 日就搜集到的其認為是有用的民事請求案件的訴訟文件，並指出輔助人 C 既然在該民事案件中承認嫌犯 D 亦是以涉案單位為家庭居所，因此，其跟隨嫌犯 D 進入涉案單位之行為不具不法性；同時，認為「侵入住所罪」吸收了「毀損罪」，請求中級法院開釋「侵入住所罪」、「毀損罪」及有關民事責任。

我們十分同意檢察院助理檢察長閣下在上述答覆中之立場，尤其當中所引用的中級法院第 56/2010 號上訴案件之司法見解：

“.....在審理上訴案件時，上訴法院只能以在原審法院判決時卷宗內的資料為依據，並不能接受未經原審法院判決所審理過的新證據。”

除了所提交的新文件之外，上訴人 B 並未提出其他具體理據去支持其認為嫌犯 D 亦是以涉案單位為家庭居所之事實應被認定；事實上，正如我們前述理由，嫌犯 D 及輔助人 C 之間的婚姻關係早於 2012 年 12 月 12 日已在訴訟離婚卷宗中被裁定消滅（見卷宗第 11 頁至第 38 頁），其已不具隨時自由進出涉案單位之權利。

因此，首先我們認為不應接納由上訴人 B 在上訴階段才提交的新證據文件。

同時，根據一審時所掌握的資料，我們認為被上訴的合議庭在綜合所有證據和文件材料後而作出有關事實認定，並以《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之「侵入住所罪」對上訴人 B 定罪判刑，並無違反任何法律。

鑒於此，應裁定上訴人 B 的上訴理由明顯不成立，並予以駁回。

3)關於上訴人 C 之上訴理由

在其上訴理由中，上訴人 C（輔助人）認為「侵入住所罪」及「毀損罪」之間應存在實質競合的關係，應以 2 項《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰之「毀損罪」分別對嫌犯 A、B 定罪判刑。

在本具體個案中，我們十分同意被上訴的合議庭裁判所引用的學說理解，認為「侵入住所罪」及「毀損罪」之間應存在想像競合的關係，尤其是按照一般經驗法則及本案具體情節、本案嫌犯的背景，如彼等嫌犯要進入有關單位而最可能使用的方法（甚至可以說是惟一的方法）就是更換門鎖，因此，可以認為，破壞原本的門鎖是彼等嫌犯實施「侵入住所罪」的唯一且必然的手段，應將二罪視為想像競合之關係。

鑒於此，應裁定上訴人 C 的上訴理由明顯不成立，並予以駁回。

4)關於檢察院助理檢察長之上訴理由

在上訴理由中，檢察院提起上訴之助理檢察長閣下認為被上訴之合議庭並無證實在案發之時涉案單位是輔助人的住所，認為可用於居住或曾用於居住的單位並不當然是正在用於居住的單位，並不當然且一直是法律設立侵犯住所罪所欲保護的住所，因此，客觀上不存在侵犯他人住所的行為；其認為被上訴的裁判在調查嫌犯 D 是否有權利自由進出涉案單位之事實上出現漏洞，從而沾有“獲證明之事實不足以支持裁判”之瑕疵，違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項之規定；又一方面認定輔助人 C 只是“使用及占有（*utilizava e ocupava*）”有關單位，另一方面又認定各嫌犯明知輔助人可能住在該單位，是沾有“在理由說明方面存在不可補救的矛盾”，違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項之規定。

此外，檢察院提起上訴之助理檢察長閣下亦認為，本案各嫌犯是以為彼等進入的涉案單位非為輔助人 C 居住的住所，屬於《刑法典》第 15 條第 1 款及第 2 款所規定之“對一罪狀之事實要素的錯誤”及獲得同意，因而阻卻故意；又或基於嫌犯 D 作為輔助人 C 的丈夫，以為自己在未經輔助人 C 的同意下進出涉案單位是合法的，屬於《刑法典》第 16 條第 1 款所規定之“對不法性之錯誤”，並行為無罪過，從而指責被上訴的合議庭裁判對本案嫌犯作出定罪是違反了《刑法典》第 184 條第 1 款之規定。

a)關於《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項之違反

正如前述，《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指的瑕疵僅存在於法院沒有證實必要的、可資作出適當法律適用以及決定案件實體問

題的事實，尤其無在訴訟標的（包括控訴書或辯護詞）所界定的範圍內對這些事實作調查。

提出上訴的檢察院司法官閣下認為被上訴的合議庭在調查嫌犯 D 是否有權利自由進出涉案單位之事實上出現漏洞，從而沾有“獲證明之事實不足以支持裁判”之瑕疵。

在充分尊重的前提下，我們不能予以認同。

在本具體個案中，卷宗第 11 頁至第 38 頁之文件顯示，嫌犯 D 跟輔助人 C 早於 2012 年 12 月 12 日已獲得確認彼等訴訟離婚之司法判決；而對於該司法判決中所認定的涉及離婚後未成年子女的家庭居所的事實，嫌犯 D 並未提出異議或反對（見卷宗第 16 頁）。

可見，自 2012 年 12 月 12 日，嫌犯 D 跟輔助人 C 就處於離婚狀況，涉案單位亦已成為輔助人 C 及彼等未成年兒子的家庭居所，嫌犯 D 自此不再擁有自由進出輔助人 C 及其未成年兒子的家庭居所的權利；而本案發生於 2013 年 3 月 17 日，當然地，嫌犯 D 在未取得輔助人 C 的同意下，是絕對不能隨意進出涉案單位的。

我們認為，在面對如此明顯的客觀事實，被上訴的合議庭無在理由說明中將之詳細列出，並不當然代表無考慮及審理過此事實；既然被上訴的合議庭已一一就起訴書、所有嫌犯（包括上訴人 A）所提交的答辯狀、輔助人 C 之民事請求所劃定的訴訟標的作出了必要的調查，而被上訴合議庭裁判書中亦已列載了已證事實及未證事實，足以作為原審法院形成心證的基礎。

因此，我們認為，被上訴的合議庭在調查及審理事實的事宜上並無出現了任何遺漏，並無違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項之規定，提出上訴的助理檢察長閣下此部份上訴理由明顯不成立。

b)關於《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項之違反

《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項所指的瑕疵亦已有多個司法見解作出過精辟的解讀，包括中級法院於 2015 年 7 月 17 日在第 368/2014 號上訴案件的裁判：

“《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項規定的理由說明方面不可

補正的矛盾的瑕疵是裁判本身的瑕疵，即指在事實事宜方面的證據性理據說明中、法院認定的事實之間、或認定的事實與未獲認定的事實之間存在矛盾。這種矛盾是絕對的，即一方面說“是一”，另一方面又說“不是一”，而不能存在於被指互相矛盾的事實之間各自所表達的意思不同或者各自所證實的內容不同的事實之間。”

提出上訴的檢察院司法官閣下認為被上訴的合議庭裁判書中第 7 點跟第 17 點已證事實之間存在矛盾，指責被上訴的合議庭一方面認定輔助人 C 只是“使用及占有 (utilizava e ocupava) ”有關單位，另一方面又認定各嫌犯明知輔助人可能住在該單位，是沾有“在理由說明方面存在不可補救的矛盾”之瑕疵。

首先，被上訴的合議庭刻意將第 7 點的已證事實的內容更改為“使用及占有 (utilizava e ocupava) ”自有其意思，最顯然的意思就是不欲直接使用“居住”一詞；然而，無可否認的是，“使用及占有 (utilizava e ocupava) ”的範圍確實較“居住”來得廣闊，當中已包括了“居住”的可能性在內。

因此，我們認為，被上訴的合議庭在第 17 點已證事實中用了“可能 (como provável) ”，是符合其整體思路邏輯的，未見有任何矛盾之處；事實上，被上訴的合議庭在理由說明中亦已重申，是使反映輔助人 C 以非永久性居住方式居住在涉案單位，但其確實以涉案單位為其居所，有間中返回該居所居住，亦有將私人物品放置、收藏於該單位內 (見卷宗第 893 頁)，可以肯定的是，彼等嫌犯清楚知道彼等是在違反輔助人 C 的意願下而進入有關單位的，這樣就足以滿足《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之「侵入住所罪」的構成要件了。

在充分尊重的前提下，我們認為，被上訴的合議庭裁判並無沾有“在理由說明方面存在不可補救的矛盾”之瑕疵，無違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項之規定，提出上訴的助理檢察長閣下此部份上訴理由同樣明顯不成立。

c)關於《刑法典》第 15 條第 1 款及第 2 款、第 16 條第 1 款、第 184 條第 1 款之違反

關於提出上訴的助理檢察長閣下認為嫌犯 A、B 以為彼等進入的涉

案單位非為輔助人 C 居住的住所，屬於《刑法典》第 15 條第 1 款及第 2 款所規定之“對一罪狀之事實要素的錯誤”及獲得嫌犯 D 的同意，因而阻卻故意。

在充分尊重的前提下，此上訴理由不足以令人信服，試想誰會在未進入參觀過目標單位（除了樓花買賣之外），就直接付款購買並進行登記的？

在本具體個案中，如果嫌犯 A 曾前往涉案單位進行一般性的“看樓”行為，不是早已知道有人居住，所以進不去？那麼，嫌犯 A 為何會在無法“看樓”的情況之下，貿然付款並進行不動產登記呢？甚至到最後居然要找人來開鎖收樓？！根據一般經驗法則，一般人面對如此“麻煩”且不知底細的樓宇單位，還會不顧一切地進行不動產登記嗎？

至於嫌犯 D 以為自己仍然是輔助人 C 的丈夫的上訴理由更是叫人難以解惑，因為沒有人比其更清楚，早於 2012 年 12 月 12 日，其跟輔助人 C 之間的訴訟離婚已獲得司法判決（見卷宗第 11 頁至第 38 頁），而且在輔助人 C 更換門鎖之後，嫌犯 D 一直無試圖自恃其是其輔助人丈夫的身份，而自由進出涉案單位。

我們不禁要問，為何嫌犯 D 卻會在涉案的「XX 玻璃貿易有限公司」將有關單位出售予嫌犯 A 之後，於本案事件的發生日（即 2013 年 3 月 17 日）又重新以為自己是輔助人 C 的丈夫而有權自進出涉案單位呢？

因此，在充分尊重的前提下，我們認為，無論以《刑法典》第 15 條第 1 款及第 2 款，抑或以同一法典第 16 條第 1 款之規定，試圖為彼等嫌犯之行為排除罪過或阻卻不法性都是徒然的！

此外，必須強調的是，《民法典》第 1411 條至第 1415 條對住房之使用權（即居住權）已作出了規定，同一法典第 291 條第 3 款規定，除了法律規定的權利消滅原因（如同一法典第 1402 條）之外，居住權不受時效約束，而同一法典第 1402 條第 3 款更明文規定，在有關權利上設定之物權仍繼續構成該權利之負擔，如同該權利未消滅一般。

在本具體個案中，即使涉案的「XX 玻璃貿易有限公司」將涉案單位出售予嫌犯 A 而改變了物權的所有人，仍須尊重及維持該公司將涉案單位早已賦予輔助人 C 使用該單位的權利。

綜上所述，我們認為被上訴的合議庭以《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之犯罪對本案嫌犯作出定罪量刑是正確的。

提出上訴的助理檢察長閣下此部份上訴理由亦完全不能成立，應予駁回。

綜上所述，應裁定上訴人 A、B、輔助人 C 及檢察院分別提出之上訴理由全部不成立或明顯不成立，應全部予以駁回。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗。

二.事實方面：

原審法院經庭審後確認了以下的事實載於卷宗第 869-898 頁 (在此視為全部被轉錄)。 ⁴

⁴ 其葡文內容如下：

Da pronúncia:

- A “Vidraçaria XX Companhia Limitada”, na década de 1990, terá adquirido a fracção localizada na Rua de Leôncio Ferreira nº 3, edifício “Chun Chio Fa Un”, XXº andar XX.
- O arguido D é sócio da “Vidraçaria XX Companhia Limitada”, detendo uma quota equivalente a 18% do capital social.
- A Assistente e o arguido D contraíram matrimónio em 17/06/1997, sob regime de comunhão geral de bens.
- Desde o momento referido no item anterior a “Vidraçaria XX Companhia Limitada” autorizou que o arguido D e a Assistente vivessem gratuitamente na fracção referida em a).
- Até pelos menos 2010, ano em que o arguido D deixou de viver na fracção referida em a), este arguido, a Assistente e o filho de ambos residiram nessa fracção, embora o filho permanecesse a maior parte do tempo em casa dos avós maternos.
- Pelo menos a partir de 2010 a Assistente C passou a viver, também, com frequência em casa dos seus pais juntamente com o filho.
- O arguido D e o arguido E estavam cientes de que até 12/12/2012 a Assistente ainda utilizava e ocupava a fracção autónoma referida em a).
- Em data igual ou anterior a 17 de Dezembro de 2012, “Vidraçaria XX Companhia Limitada” vendeu a fracção destinada a habitação identificada supra ao arguido A e sua esposa G.
- Em 19/01/2013, o arguido A, através de carta emitida pelo advogado, comunicou à Assistente que a fracção destinada a habitação a que respeitam estes autos tinha sido comprada por si e sua esposa G, e informava que a Assistente deixara de ter o direito de

ocupar e deter este imóvel, solicitando a desocupação, a remoção dos seus objectos pessoais e a entrega das chaves, tudo conforme consta de folhas 93 a 96 e aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

- Recebida a carta, a Assistente respondeu através do seu advogado informando que a referida fracção era a sua casa de morada de família e que o arguido D, ao assinar o deliberação relativamente à assembleia da companhia, não obteve o seu consentimento nem tão pouco lhe foi conferido os poderes para a venda, pelo que recusou desocupar a fracção, tudo conforme consta da carta de folhas 91 e 92 e aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.
- Em 07/03/2013, o arguido A e a arguida B de comum acordo levaram um chaveiro até à Rua Leôncio Ferreira nº 3, XXº andar XX, edifício “Chun Chio Fa Un”, onde removeram a fechadura do portão de ferro e instalaram uma nova, bem assim, deixaram uma carta à Assistente informando-a para desocupar esta fracção antes do dia 15 de Março do mesmo ano, tudo conforme consta de folhas 76 dos autos e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.
- No dia 17/03/2013, o arguido A e a arguida B voltaram a levar o chaveiro até à aludida fracção, onde removeram a fechadura da porá de madeira e instalaram uma nova.
- Aberta a fechadura, o arguido A e a arguida B, juntamente com os arguidos D e E, entraram na fracção, D disse que queria o computador e brinquedos do filho que havia no interior da mesma, retirando-se do local e pouco depois os demais arguidos saíram da fracção e fecharam a porta da mesma.
- Quando os 1º e 2º e 4º arguidos se preparavam para sair do edifício chegou a Assistente acompanhada de um polícia, regressando todos à fracção e abrindo-a.
- Uma vez no interior da fracção os arguidos e Assistente envolveram-se em troca de palavras, sendo que o arguido A e a arguida B começaram a retirar as roupas da Assistente que se encontravam no interior da fracção e a colocá-las dentro de sacos pretos no hall de acesso às fracções naquele piso, sem prejuízo da Assistente lhes pedir para pararem ao que não atenderam.
- O arguido A e a arguida B agiram de forma livre, voluntária, consciente e concertada, trocando as fechaduras do portão de ferro e da porta de madeira da fracção a que respeitam estes autos e onde reside a Assistente, impossibilitando esta de entrar na mesma.
- Os arguidos A, B, D e E agiram de forma livre, voluntária, consciente e concertada, admitindo como provável que a Assistente habitava na fracção a que se repór os autos e ainda assim entraram na mesma sem o consentimento desta e contra a sua vontade.
- Os arguidos bem sabiam que as suas condutas eram proibidas e punidas por lei.
- Mais se provou que:
- Conforme o CRC, os quatro arguidos são primários.
- O arguido A tem como habilitações literárias curso universitário, auferir MOP\$60.000,00 mensalmente, tem a seu cargo dois filhos e a mãe.
- A arguida B tem como habilitações literárias o ensino secundário elementar, auferir cerca MOP\$3.000,00 mensalmente de subsídio do Governo.
- O arguido D tem como habilitações literárias curso universitário, auferir MOP\$10.000,00 mensalmente, tem a seu cargo um filho.
- A arguida E tem como habilitações literárias curso universitário, auferir MOP\$15.000,00 mensalmente, tem dois filhos a seu cargo.
- Do pedido cível provou-se que:
- As fechaduras que foram removidas pelos 1º e 2º arguidos e referidas em 11º e 12º tinham

o valor aproximado de MOP500.00 cada uma, no total de MOP1.000,00.

- A Assistente sentiu-se extremamente angustiada e envergonhada ao ver o recato do seu lar, os seus bens pessoais, privados e íntimos, a serem mexidos pelos Arguidos.
- A Assistente sentiu-se imensamente exposta e desprotegida, ao ver a sua cunhada, a Arguida E e os Arguidos A e B, amigos daqueles, remexerem, sem o seu consentimento, em tudo o que lhe é mais privado e íntimo, tiraram fotografias e violaram descaradamente a sua privacidade e a intimidade do seu lar.
- A visão dos seus bens pessoais mais íntimos expostos daquela forma e jogados por uma área comum e no lixo, aos olhos e acesso de quem passasse, causou à Assistente transtorno, vergonha e consternação.
- A vida pessoal da Assistente estava ali exposta, aos olhos de vizinhos, ou outras pessoas que ali se deslocassem, administração e segurança do edifício onde vive há mais de uma década.

Não se provou que:

Da pronúncia:

- Haja sido em 1993 que a “Vidraçaria XX Companhia Limitada” adquiriu a fracção localizada na Rua de Leôncio Ferreiro nº 3, edifício “Chun Chio Fa Un”, XXº andar XX.
- O arguido D e a arguida E estavam cientes de que até 12/12/2012 a Assistente e seu filho ainda residiam nesta fracção.
- O arguido A chegou a pedir informações junto do porteiro H e foi informado que a Assistente reside nesta fracção há vários anos e que, a partir dos meados de 2012, regressava nos fins-de-semana a esta fracção para aí pernoitar.
- Em Fevereiro de 2013, o arguido D intentou acção de divórcio litigioso contra a Assistente.
- Em 04/10/2012, “Vidraçaria XX Companhia Limitada” realizou uma assembleia de sócios, tendo os arguidos D e E participados nesta assembleia na qualidade de sócios e onde se deliberou a venda da supracitada fracção para o arguido A e sua esposa G.
- A convocação e a deliberação relativamente à acima mencionada assembleia não foram comunicadas imediatamente à Assistente.
- Que haja sido em conformidade com a referida deliberação social que a “Vidraçaria XX Companhia Limitada” vendeu a supracitada fracção residencial ao arguido A e sua esposa G.

Do pedido cível:

- Os Arguidos encontravam-se no interior do seu domicílio, a remexer nos seus bens pessoais, à medida que os colocavam abruptamente dentro de sacos de lixo, danificando-os, e colocando-os no exterior da sua residência⁴.
- Por outro lado, ao ser-lhe vedado o acesso à sua residência, através da mudança das fechaduras da porta, a Assistente foi obrigada a alojar-se em casa dos seus pais, sem que para isso estivesse preparada.
- Sendo a Assistente auditora de profissão, Presidente do Conselho de Administração da Associação de Fiscalidade de Macau, e membro do conselho da Associação de Contabilistas Registados de Macau deve apresentar sempre uma imagem cuidada, que transmita confiança, credibilidade, força e responsabilidade, essencial ao sucesso do seu negócio e às suas funções profissionais e associativas.
- Porque a Assistente foi privada das suas roupas, sapatos, malas, cosmética, e outros produtos de higiene e beleza, que ficaram retidos no interior do seu domicílio, teve de proceder à aquisição daqueles bens, essenciais para que pudesse apresentar essa imagem.
- Com a aquisição desses bens, que se tornou necessária face à conduta dos Arguidos A e B

-
- a Assistente despendeu o montante aproximado de MOP20.000,00.
- Doutro passo, a Assistente viu-se vexada, desalojada, e privada dos seus bens pessoais, o que lhe causou grande angústia e inquietação.
 - A Assistente ficou perturbada e hesitante em relação ao futuro, sem perceber como é que conseguiria recuperar o seu lar e os seus bens pessoais, ou por quanto tempo se veria privada deles.
 - O que a impediu, nos dias seguintes, de se concentrar no trabalho e nos seus clientes, já que passou a maior parte do tempo a tentar perceber como resolver a situação, a prestar declarações junto da polícia judiciária e a reunir com os seus advogados.
 - O que lhe consumiu tempo, recursos e energia.
 - A Assistente passou a sofrer de enxaquecas constantes, a ter dificuldade em dormir, e perdeu o apetite.
 - Quando, no dia 17 de Março de 2013, foi informada que os Arguidos se encontravam novamente no local, a Assistente renovou as esperanças de resolver o assunto e regressar ao seu domicílio.
 - Porém, ao chegar ao local, e ao ver os Arguidos dentro da sua casa, a remexerem nos seus bens pessoais e a violarem descaradamente a sua privacidade, essas esperanças rapidamente se transformaram numa profunda aflição.
 - A Assistente sentiu-se extremamente angustiada e envergonhada ao ver os seus documentos confidenciais e os seus bens de maior valor serem vandalizados pelos Arguidos.
 - A Assistente sentiu-se imensamente exposta e desprotegida, ao ver o seu marido, o Arguido D, de quem se havia separado, a remexer, sem o seu consentimento, em tudo o que lhe é mais privado e íntimo, tiraram fotografias e violaram descaradamente a sua privacidade e a intimidade do seu lar.
 - Qu o sucedido haja prejudicado a imagem da Assistente no prédio.
 - A Assistente ficou de tal maneira nervosa que se sentiu mal, começou a ver tudo turvo e a sentir que o coração batia tão forte que lhe ia sair do peito, pelo que teve de se ausentar do local para se acalmar.
 - Por algumas horas a Assistente não conseguiu parar de chorar ou respirar convenientemente, tanta era a angústia e o estado nervoso em que se encontrava.
 - Quando finalmente se conseguiu acalmar, a Assistente regressou ao local, para encontrar parte das suas roupas, calçado, malas de marca e outros bens pessoais de luxo, assim como documentos pessoais e confidenciais e outros bens, enfiados abruptamente dentro de sacos para o lixo e espalhados pelo corredor do andar, até à zona do lixo.
 - Por outro lado, em consequência dos actos dos Arguidos A, B, D e E, supra descritos, alguns dos bens pessoais que a Assistente conseguiu recuperar encontravam-se danificados, sem que esta os pudesse voltar a utilizar.
 - Nomeadamente, várias roupas da Assistente encontravam-se rasgadas, e alguns brincos e objectos de decoração encontravam-se partidos, tornando impossível o seu uso recuperação.
 - Bens esses cujo valor se estima em cerca de MOP75.000,00, e pelo qual a Assistente tem direito de ser indemnizada.
 - Outros dos seus objectos pessoais desapareceram na sequência da actuação dos Arguidos A, B, D e E, supra descrita, sem que a Assistente os tivesse voltado a recuperar, designadamente, um relógio Rolex com o valor de HKD40,000.00, uma corrente em ouro, no valor de MOP25,000,00, e dinheiro que se encontrava no interior do cofre, no montante aproximando de 15,000.00 Dólares de Hong Kong, 3.200,00 Euros, 2,600.00

三.法律部份：

本程序由四個上訴，分別是兩個嫌犯、輔助人以及檢察院的上訴。

嫌犯上訴人 A 在其上訴理由中，提出了三方面的問題：

第一、原審法院所認定事實陷入了獲證明的事實上不足以支持作出裁判的瑕疵，因為，沒有在客觀上證明到涉案的獨立單位是輔助人的家庭居所和案發時輔助人是在該家庭居所內居住的這一事實，缺乏“入侵住宅罪”的其中一個犯罪要件。認為應該開釋上訴人。另一方面，被上訴的裁判認為被判處的侵入住所罪吸收了被指控的毀損罪，而開釋了上訴人，亦應開釋被上訴人判處的民事責任，因其行為不具不法性。

第二、上訴人的行為不符合刑法典第 184 條所規定的侵入住所罪的條件要素，原審法院做出了錯誤的法律適用。

Libras e 8,000.00 Patacas.

- Nas semanas e meses que se seguiram, e até ao momento em que foi proferido despacho de pronúncia nestes autos, mais de um ano depois, a Assistente andou aterrorizada, na expectativa que os Arguidos voltassem ao seu domicílio para repetir a façanha.
- A Assistente tinha frequentemente pesadelos envolvendo os Arguidos, revivendo no seu subconsciente tudo o sucedido, o que a impedia de descansar devidamente e a deprimia profundamente.
- Doutro passo, a Assistente passou a ter medo de sair de casa, com receio de que quando voltasse, a situação se tivesse repetido, e tinha receio de ficar sozinha em casa e ser surpreendida pelos Arguidos.
- Os receios da Assistente eram de tal forma persistentes, que nos dias que se seguiram não foi trabalhar e pediu aos seus pais ou a amigas que ficassem com ela em casa.
- O medo passou a fazer parte da vida da Assistente, que perdeu o apetite e a alegria de viver.
- Prejudicando a sua vida pessoal e profissional, e até mesmo a sua saúde, já que, não raras vezes não conseguia sequer abrir os olhos, com as enxaquecas que a afectavam.
- Por outro lado, a vida pessoal e profissional da Assistente estava de tal forma descontrolada e afectada pelos actos dos Arguidos, que, em meados de Maio de 2014, lhe sugeriram que, para reduzir os seus receios, instalasse uma porta mais égua e um sistema de videovigilância, o que a Assistente fez, e com o que despendeu o montante de MOP51.720,00 – Cfr. Docs. nºs 1 e 2 que ora junta e que aqui dá por fiel e integralmente reproduzidos.
- Estas medidas, que tiveram o propósito de mitigar o receio que vinha a sentir diariamente e de proteger o seu domicílio, intimidade e privacidade, contra novas incursões não autorizadas dos Arguidos, são consequência directa da actuação daqueles, e, como tal, indemnizáveis nesta sede.

第三、作為另一個補充上訴理由，上訴人 A 亦指責被上訴的合議庭判決書無效，原因有三：

- 原審法院所認定的事實不符合或者超出了控告書的事實範圍而沒有履行辯論原則，因此違反了審檢分立的原則，也陷入了《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 b 項所規定的無效。

- 無審理由上訴人 A 所提交的答辯狀，因而違反了《刑事訴訟法典》第 4 條及《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項的規定；

- 無說明形成心證且經審查及衡量的證據，屬於《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 a 項所規定之無效（見卷宗第 927 頁至第 939 頁）。

嫌犯上訴人 B 在其上訴理由中，提交了一份其認為應該視為新證據而對裁判有用的民事訴訟文件，指出嫌犯 D 有進出涉案單位的自由，故其跟從嫌犯 D 進入涉案單位的行為不具不法性（見卷宗第 910 頁至第 926 頁）。同時，認為「侵入住所罪」吸收了「毀損罪」，請求中級法院開釋「侵入住所罪」、「毀損罪」及有關民事責任。

輔助人 C 在其上訴理由中，認為「侵入住所罪」及「毀損罪」之間應存在實質競合的關係，應以 2 項《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰之「毀損罪」分別對嫌犯 A 及 B 定罪判刑（見卷宗第 950 頁至第 963 頁）。

而檢察院在上訴理由中，認為被上訴的合議庭裁判沾有“獲證明之事實不足以支持裁判”及“在理由說明方面存在不可補救的矛盾”的瑕疵，違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項、b 項的規定；此外亦認為，本案各嫌犯的行為屬於《刑法典》第 15 條第 1 款及第 2 款所規定之“對一罪狀之事實要素的錯誤”及在獲得同意的情況下作出的，因而阻卻故意，又或屬於《刑法典》第 16 條第 1 款所規定之“對不法性之錯誤”，行為無罪過，從而指責被上訴的合議庭裁判對本案嫌犯作出定罪裁判違反了《刑法典》第 184 條第 1 款的規定（見卷宗第 940 頁至第 949 頁）。

我們分別看看。

(一) 上訴人 A 的上訴

1、獲證明之事實不足以支持裁判的瑕疵

上訴人認為輔助人 C 已離開了住所，其私穩便不再受到保護，且從既證事實中未見證實有關單位是輔助人 C 的住宅和案發時輔助人是在該家庭居所內居住的事實，不符合侵入住所最的要素，所認定的事實不支持其有罪判決的決定。

我們一直認為，這個瑕疵是法院審理合認定事實方面的瑕疵，指所認定的事實不能作出有罪或者無罪判決，尤其是所審理的事實出現實質性的遺漏或者漏洞而出現的“事實不清”的狀態，而不是指沒有認定任何符合罪狀的事實，因為在此情況下法院應該直接作出開釋判決，而不是所為的事實的遺漏。

也就是說上訴人所提出的實際上是一個法律問題，從所認定的事實能否確認符合侵入住所罪的客觀要素。因此，上訴人錯誤地理解了刑事訴訟法典第 400 條第 2 款 a 項的瑕疵，而其理由明顯不能成立。那麼，其所包含的法律問題在第二個上訴理由一起審理。

2、法律適用錯誤

《刑法典》第 184 條規定：

“一、未經同意，侵入他人住宅，或經被下令退出而仍逗留在該處者，處最高一年徒刑，或科最高二百四十日罰金。

二、意圖擾亂他人私人生活、安寧或寧靜，而致電至其住宅者，處相同刑罰。

三、如在晚上或僻靜地方，以暴力或以暴力相威脅，使用武器，或以破毀、爬越或假鑰匙之手段，又或由三人或三人以上，犯第一款所指之罪者，行為人處最高三年徒刑或科罰金。”

我們曾經有機會在 2014 年 12 月 11 日的第 29 / 2013 號上訴案的判決中對此問題做出了審理，其中論述了《刑法典》第 184 條（侵犯住所）的保護的法益以及構成的客觀要素。

『在分析此罪名的構成要件之前，我們先看看 Manuel da Costa Andrade 在《Comentário Conimbricense ao Código Penal》中所論述的詞罪名的歷史演變時指出，“將住所不可侵犯性訂定為罪狀顯得完全符合“建設現實社會”的主流構思，當中突出了具互補性及密切聯繫的這兩方面：首先，顯露及強調隱私的莊嚴性；其次，私人生活隱私及住所不可侵犯性傾向於互相重疊及混為一體。這就是社會學家所談及的家庭化現象(Verhäuslichung)了。⁵ LUCKMANN(見 La religion invisible , 1973 年，第 122 頁) 撮要地談及的“現代人在私人空間的防禦工程”，在相當程度上是指由住所的四幅圍牆而建立的防禦工程。這種理解表達了一個世紀以來對於有關罪狀——起碼在字面或可予處罰的行為的描述上——詞義演變的觀點。需要強調，侵入他人住宅罪在歷史上著名的刑事體制中亦有所表現，除了在《漢謨拉比法典》及《舊約》有所規定外，該違法行為在《學說匯纂》中亦被多次提到。為更好瞭解住所不可侵犯性的意思，可參考羅馬人西塞羅(CÍCERO)(見 Pro domo sua) 引述的：“Quid est santius , quid omni religione munitius , quam domus unius cujusque civium? (...) Hoc perfugium est ita sanctum omnibus , ut inde abripi neminem faz sit.”⁶

本罪狀所保護的法益就是**隱私**。它僅在出現侵犯私人有限度且事實上需要保障的空間範圍(住宅)時，才應予保護。這點有雙重且互補性意義。首先，罪狀事實只局限於擅自進入或逗留，即 right to be let alone 所確保的 peace of mind；其次，突出了侵犯或擾亂的非典型化，使之並不局限於擅自進入或逗留，可以延伸至窺探他人的家庭，或不停地在他人住所門前排徊以監視屋內活動，又或以噪音滋擾他人安寧。

對上述典型法益的這種理解，可以表現為“住宅是保留予私人空間的最明顯的一小處”。有關法益的特殊之處，在於侵犯的情節僅針對一處充滿個人情感、秘密及將“物品”留為己用的空間，因此，它必須以雙重層面來分析：形式層面——行為人跨越了需要保障的物理空間，並違反了具體權利人在行使接受或排除權時的支配地位；實質層面——相當於

⁵ 見 P. BERGER/BERGER 之 The War over the Family , 1983 年，第 208 頁及後。

⁶ 該書第 I 冊第 700 頁。

涉及隱私的價值或利益。⁷』

我們首先要表示不同意的是，上訴人在上訴的前提問題中以“借荊州”的故事引出了『社會上一般人皆接受善有善報這種行為模式，很難接受向慷慨的捐贈者作出加害行為的這一種行為模式，即使慷慨的捐贈者犯了一點點錯誤』的行為不應該得到懲罰的論點。

確實，有關公司借出住所的慷慨行為值得稱讚，其合法權利也理應得到應有的法律保護，尤其是在出售有關房產的時候所產生的民事權利。然而，在這個過程中，產生了法律以更大的力度保護的權利，也就是輔助人所擁有的刑法典第 184 條第 1 款以刑法的手段所保護的“隱私”權。上述的民事權立在與這個刑事法所保護的權利面前應該讓步，因為上訴人為實現其民事權利的所實施的保護方法超越了民事法律所保護的範圍，踐踏了刑事法律所保護的法益，而這個行為當然應該得到懲罰。

這是本案的一個前提問題。

上訴人所提出的沒有侵犯輔助人的住所的上訴理由建基於隨同第三嫌犯進入有關住所，而第三嫌犯在案發當日仍然處於與輔助人的結婚狀態，故有權利進入該住所，“即輔助人與其兒子的家庭居所”，以履行民法典第 1533、1534 條所規定的夫妻同居義務和應該住在家庭居所的義務，並沒有侵犯輔助人的“隱私”。

一方面，雖然原審法院沒有認定輔助人與第三嫌犯之間的婚姻關係現狀，但是單憑卷宗第 11 頁以及之後幾頁所附的初級法院於 2012 年 12 月 12 日在確定親權的行使的案件(編號為 CV2 - 12 - 0014 - MPS)中，認定了所基於作出親權的重新安排的決定的事實：輔助人與第三嫌犯他們之間已經處於實際上的分居狀態。並且認定，位於澳門飛良韶街 3 號泉紹花園 XX 樓 XX 單位，以無償方式讓輔助人及未成年兒子居住。也正如本案法院所認定的第 4、5 點事實所顯示的。

另一方面，原審法院還認定了第 7 點的事實(上訴人也提出了對此事實的認定的瑕疵，後文再敘)，第三、第四嫌犯至少於 2012 年 12 月 12

⁷ 上引第 701 頁。

日的親權判決之日起清楚知道輔助人仍然居住在上址，作為家庭居所。

我們知道，所謂的隱私的保護，或者個人的生活空間的保護是持續性的和排他性的，並不因為權利人的暫時不在空間裡面生活而受到限制。自 2010 年第三嫌犯搬離上址之後，該家庭居所就成為了輔助人與兒子的家庭居所，事實上屬於其個人的生活空間，即使受益人經常陪兒子與輔助人的父母一同居住，即使輔助人與第三嫌犯的婚姻關係沒有解除，有關的住所仍然是輔助人所擁有的受到刑法典第 184 條第 1 款所保護的“空間”。

這也是本案的另外一個前提問題。

很明顯，嫌犯上訴人明知有關住址屬於輔助人的個人生活空間，在沒有其本人同意的情況下，擅自侵入其中，並更換了門鎖，令輔助人無法再進入其中，這已經侵犯了輔助人受到刑法典第 184 條第 1 款所保護的法益，觸犯了該條所規定及處罰的罪名，原審法院的定罪正確，沒有任何可以質疑的地方。

因此，上訴人這方面的上訴理由不能成立。

至於上訴人所主張的既然原審法院判決「侵入住所罪」吸收了「毀損罪」，就應該開釋「侵入住所罪」、「毀損罪」及有關民事責任的上訴理由，由於第二嫌犯也提出了同樣的問題，那麼，對此問題的審理留待後面再作一起分析。

3、判決書的無效的瑕疵

(1) 《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 b 項所規定的無效

作為第一個補充上訴理由，上訴人指責被上訴的合議庭變更或增加了第 7 點、第 17 點、第 14 點及第 15 點的已證事實，違反了審檢分立原則、辯論原則，違反了《刑事訴訟法典》第 339 條的規定，屬於同一法典第 360 條第 1 款 b 項所規定之無效。

毫無道理。

關於第 7 點事實，原審法院將原來的起訴書的“居住”改為“使用和佔有”，只是再原來起訴事實的基礎上更具體敘述事實，並沒有改變原來的事實而稱為新的事實。

第 17 點的事實則是原來起訴書的 18 點事實的具體化，從原來控告的直接故意的事實變為單純的或然故意的事實的描述，不但沒有對起訴書的事實作實質行的變更，更是輕化了上訴人的故意程度。

第 14、15 點更是原來的第 15、16 點事實的具體化，不但沒有變更起訴的事實，而且將原來的事實變得更加容易理解。這種改變並不是實質的改變，更沒有偏離起訴的事實的範圍。

基於此，上訴人的上訴理由明顯不能成立。

(2) 對答辯狀的事實的缺乏審理

作為第二個補充上訴理由，上訴人指責被上訴的合議庭無審理由上訴人 A 所提交的答辯狀，因而違反了《刑事訴訟法典》第 4 條及《民事訴訟法典》第 571 條第 1 款 d 項的規定。

正如尊敬的助理檢察長所指出的，嫌犯所提交的書面答辯中所提出的事實是訴訟標的的組成部份，法官有義務對其進行調查和審理，如其無對之作出調查，就會導致“獲證明之事實不足以支持裁判”的瑕疵出現，屬《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所規定的上訴依據。

然而，只要簡單閱讀嫌犯所提交的答辯狀 (第 655 - 657 頁)，僅僅是對構成侵入住所罪以及毀損罪的構成要件的法律適用問題提出其主張，並沒有提出新的並且法院有義務對其作出審理的事實。而所提出的法律適用問題完全在法院的自由解釋之內，法院沒有認定這方面的事實屬於自然之事，上訴人的上訴理由完全不能成立。

(3) 《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 a 項所規定的無效

上訴人認為由於原審法院沒有審理其答辯狀，故在形成心證且經審查及衡量的證據時後自然沒有說明這方面的理由，屬於同一法典第 360 條第 1 款 a 項所規定的無效。

基於對第（2）點的決定，這一問題已經沒有審理的必要了，因為失去了可以審理的基礎。

因此，上訴人 A 所有上訴理由均屬不成立。

（二）上訴人 B 的上訴

上訴人 B 在其上訴理由中，一併提交其於 2015 年 12 月 7 日就搜集到的其認為是有用的民事請求案件的訴訟文件，並指出輔助人 C 既然在該民事案件中承認嫌犯 D 亦是以涉案單位為家庭居所，因此，其跟隨嫌犯 D 進入涉案單位之行為不具不法性；同時，認為「侵入住所罪」吸收了「毀損罪」，請求開釋「侵入住所罪」、「毀損罪」及有關民事責任。

我們看看。

關於第一個問題，我們完全同意尊敬的助理檢察長在意見書中所認為的意見。我們知道，在審理上訴案件時，上訴法院只能以在原審法院判決時卷宗內的資料為依據，並不能接受未經原審法院判決所審理過的新證據。⁸

除了所提交的新文件屬於新的事實，並且上訴人 B 並未提出其他具體理據去支持其認為嫌犯 D 亦是以涉案單位為家庭居所的事實應被認定之外，有關案件的事實並未得到證實並且構成對本案有約束力的確定判決，作為單純審理原審法院的決定的合法性的上訴法院不能對有關新的問題作出任何的審理和決定。

因此，上訴人 B 在上訴階段才提交的新證據文件所包含的事實不予以審理。

而基於上述的決定，有關構成侵入住所罪的上訴理由也自然使得上訴人的上訴理由站不住腳，而不能成立，應該駁回這方面的上訴理由。

而關於民事責任的判決，基於我們的判決的理由的邏輯關係，我們

⁸ 參見中級法院第 56/2010 號上訴案件的判決。

放在下一個上訴之後予以審理。

(三) 上訴人 C 的上訴

在其上訴理由中，上訴人 C (輔助人) 認為「侵入住所罪」及「毀損罪」之間應存在實質競合的關係，應以 2 項《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰之「毀損罪」分別對嫌犯 A、B 定罪判刑。

嫌犯在對上訴的答覆中主張，既然原審法院認定的事實顯示：

- “A “Vidraçaria XX Companhia Limitada”, na década de 1990, terá adquirido a fracção localizada na Rua de Leôncio Ferreira nº 3, edifício “Chun Chio Fa Un”, XXº andar XX ;

- Em data igual ou anterior a 17 de Dezembro de 2012, “Vidraçaria XX Companhia Limitada” vendeu a fracção destinada a habitação identificada supra ao arguido A e sua esposa G”

那麼，可見涉案的單位在法律上不是屬於輔助人所有的，上訴人 A 更換了屬於其單位的門鎖，並沒有侵犯輔助人的所有權，嫌犯的行為不可能觸犯了刑法典第 206 條第 1 款規定及處罰的毀損罪。

我們知道，確定罪名成立的根本條件是否確認嫌犯所侵犯了刑法所保護的法益，也因侵犯的法益的不同可能構成數罪競合的情況。

刑法典第 206 條第 1 款規定了毀損罪的犯罪前提：使他人之物全部或部分毀滅，又或使之損壞、變形或失去效用者。

正如上文所述，有關的單位屬於輔助人的家庭居所，雖然沒有所有權，但是作為持有人 (民法典第 1177 條) 對該物具有管理權利，並需要承擔其持有的物的管理的費用，何況門鎖屬於家庭居所的一部分。

原審法院認定：

- Em 07/03/2013, o arguido A e a arguida B de comum acordo levaram um chaveiro até à Rua Leôncio Ferreira nº 3, XXº andar XX, edifício “Chun Chio Fa Un”, onde removeram a fechadura do portão de ferro e instalaram uma nova, bem assim, deixaram uma carta à Assistente informando-a para

desocupar esta fracção antes do dia 15 de Março do mesmo ano, tudo conforme consta de folhas 76 dos autos e aqui se dá por integralmente reproduzido para todo os efeitos legais.

- No dia 17/03/2013, o arguido A e a arguida B voltaram a levar o chaveiro até à aludida fracção, onde removeram a fechadura da porá de madeira e instalaram uma nova.
- Aberta a fechadura, o arguido A e a arguida B, juntamente com os arguidos D e E, entraram na fracção,

雖然，嫌犯兩次破壞門鎖並更換鎖膽的行為，成為了侵犯隱私罪的客觀要素的行為的必要行為，但是，也獨立地侵犯了刑法典第 206 條第 1 款所保護的法益，也應該獨立予以懲罰。上訴人的上訴理由成立。

那麼，兩嫌犯 A、B 的行為觸犯了兩項刑法典第 206 條第一款規定和懲罰的罪名。

根據卷宗所正式的犯罪情節，以及刑法典第 65 條所規定的量刑原則，我們認為以下的刑法為合適：

- 判處嫌犯 A 以共同正犯及既遂行為實施了 2 項《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰的毀損罪，處以 20 日罰金，每日罰金以澳門幣 200 元計算，合共為澳門幣 8,000 元，如不繳付罰金或不以勞動代替則可被轉換為 14 日監禁 - 《刑法典》第 47 條。
- 判處嫌犯 B 以共同正犯及既遂行為實施了 2 項《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰的毀損罪，每項處以 20 日罰金，每日罰金以澳門幣 100 元計算，合共為澳門幣 4,000 元，如不繳付罰金或不以勞動代替則可被轉換為 14 日監禁 - 《刑法典》第 47 條。

(四) 民事責任的問題

兩嫌犯上訴人均認為既然原審法院基於侵入住所罪吸收了毀損罪的決定而開釋了上訴人的毀損罪罪名，也就是說其毀損行為缺乏不法性，也就應該開釋其民事責任。

就輔助人的民事請求，原審法院判決：本合議庭現裁定民事請求部

份事實獲證明屬實而部份請求成立，並判處嫌犯 A 及 B 以連帶方式賠償輔助人財產損失澳門幣 1,000.00 元以及非財產損失澳門幣 15,000.00 元。

由於這些屬於刑事附帶民事請求的判決，那麼對此決定的可上訴性應該根據刑事訴訟法典第 390 條第 2 款的規定予以適用：

“二、對判決中關於民事損害賠償之部分得提起上訴，只要上訴所針對之裁判對上訴人之不利數額高於上訴所針對之法院之法定上訴利益限額之半數。”

顯然，這部分的決定所判處的賠償金額並沒有超過第一審法院的法定上訴利益限額的半數，屬於不得上訴的部分決定，那麼，對此請求本院不予以審理。

（五）檢察院的上訴

對於駐初級法院的尊敬的助理檢察長的上訴，駐本院的尊敬的助理檢察長提出了該上訴理由均不成立的意見，在此，我們不妨引以作出對該上訴的審理的理由：

“在上訴理由中，檢察院提起上訴之助理檢察長閣下認為被上訴之合議庭並無證實在案發之時涉案單位是輔助人的住所，認為可用於居住或曾用於居住的單位並不當然是正在用於居住的單位，並不當然且一直是法律設立侵犯住所罪所欲保護的住所，因此，客觀上不存在侵犯他人住所的行為；其認為被上訴的裁判在調查嫌犯 D 是否有權利自由進出涉案單位之事實上出現漏洞，從而沾有“獲證明之事實不足以支持裁判”之瑕疵，違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項之規定；又一方面認定輔助人 C 只是“使用及占有 (utilizava e ocupava) ”有關單位，另一方面又認定各嫌犯明知輔助人可能住在該單位，是沾有“在理由說明方面存在不可補救的矛盾”，違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項之規定。

此外，檢察院提起上訴之助理檢察長閣下亦認為，本案各嫌犯是以為彼等進入的涉案單位非為輔助人 C 居住的住所，屬於《刑法典》第 15 條第 1 款及第 2 款所規定之“對一罪狀之事實要素的錯誤”及獲得同意，因而阻卻故意；又或基於嫌犯 D 作為輔助人 C 的丈夫，以為自己

在未經輔助人 C 的同意下進出涉案單位是合法的，屬於《刑法典》第 16 條第 1 款所規定之“對不法性之錯誤”，並行為無罪過，從而指責被上訴的合議庭裁判對本案嫌犯作出定罪是違反了《刑法典》第 184 條第 1 款之規定。

a)關於《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項之違反

正如前述，《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指的瑕疵僅存在於法院沒有證實必要的、可資作出適當法律適用以及決定案件實體問題的事實，尤其無在訴訟標的（包括控訴書或辯護詞）所界定的範圍內對這些事實作調查。

提出上訴的檢察院司法官閣下認為被上訴的合議庭在調查嫌犯 D 是否有權利自由進出涉案單位之事實上出現漏洞，從而沾有“獲證明之事實不足以支持裁判”之瑕疵。

在充分尊重的前提下，我們不能予以認同。

在本具體個案中，卷宗第 11 頁至第 38 頁之文件顯示，嫌犯 D 跟輔助人 C 早於 2012 年 12 月 12 日已獲得確認彼等訴訟離婚之司法判決；而對於該司法判決中所認定的涉及離婚後未成年子女的家庭居所的事實，嫌犯 D 並未提出異議或反對（見卷宗第 16 頁）。

可見，自 2012 年 12 月 12 日，嫌犯 D 跟輔助人 C 就處於離婚狀況，涉案單位亦已成為輔助人 C 及彼等未成年兒子的家庭居所，嫌犯 D 自此不再擁有自由進出輔助人 C 及其未成年兒子的家庭居所的權利；而本案發生於 2013 年 3 月 17 日，當然地，嫌犯 D 在未取得輔助人 C 的同意下，是絕對不能隨意進出涉案單位的。

我們認為，在面對如此明顯的客觀事實，被上訴的合議庭無在理由說明中將之詳細列出，並不當然代表無考慮及審理過此事實；既然被上訴的合議庭已一一就起訴書、所有嫌犯（包括上訴人 A）所提交的答辯狀、輔助人 C 之民事請求所劃定的訴訟標的作出了必要的調查，而被上訴合議庭裁判書中亦已列載了已證事實及未證事實，足以作為原審法院形成心證的基礎。

因此，我們認為，被上訴的合議庭在調查及審理事實的事宜上並無出現了任何遺漏，並無違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項之

規定，提出上訴的助理檢察長閣下此部份上訴理由明顯不成立。

b)關於《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項之違反

《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項所指的瑕疵亦已有多個司法見解作出過精辟的解讀，包括中級法院於 2015 年 7 月 17 日在第 368/2014 號上訴案件的裁判：

“《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項規定的理由說明方面不可補正的矛盾的瑕疵是裁判本身的瑕疵，即指在事實事宜方面的證據性理據說明中、法院認定的事實之間、或認定的事實與未獲認定的事實之間存在矛盾。這種矛盾是絕對的，即一方面說“是一”，另一方面又說“不是一”，而不能存在於被指互相矛盾的事實之間各自所表達的意思不同或者各自所證實的內容不同的事實之間。”

提出上訴的檢察院司法官閣下認為被上訴的合議庭裁判書中第 7 點跟第 17 點已證事實之間存在矛盾，指責被上訴的合議庭一方面認定輔助人 C 只是“使用及占有 (utilizava e ocupava) ”有關單位，另一方面又認定各嫌犯明知輔助人可能住在該單位，是沾有“在理由說明方面存在不可補救的矛盾”之瑕疵。

首先，被上訴的合議庭刻意將第 7 點的已證事實的內容更改為“使用及占有 (utilizava e ocupava) ”自有其意思，最顯然的意思就是不欲直接使用“居住”一詞；然而，無可否認的是，“使用及占有 (utilizava e ocupava) ”的範圍確實較“居住”來得廣闊，當中已包括了“居住”的可能性在內。

因此，我們認為，被上訴的合議庭在第 17 點已證事實中用了“可能 (como provável) ”，是符合其整體思路邏輯的，未見有任何矛盾之處；事實上，被上訴的合議庭在理由說明中亦已重申，是使反映輔助人 C 以非永久性居住方式居住在涉案單位，但其確實以涉案單位為其居所，有間中返回該居所居住，亦有將私人物品放置、收藏於該單位內(見卷宗第 893 頁)，可以肯定的是，彼等嫌犯清楚知道彼等是在違反輔助人 C 的意願下而進入有關單位的，這樣就足以滿足《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之「侵入住所罪」的構成要件了。

在充分尊重的前提下，我們認為，被上訴的合議庭裁判並無沾有

“在理由說明方面存在不可補救的矛盾”之瑕疵，無違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b 項之規定，提出上訴的助理檢察長閣下此部份上訴理由同樣明顯不成立。

c)關於《刑法典》第 15 條第 1 款及第 2 款、第 16 條第 1 款、第 184 條第 1 款之違反

關於提出上訴的助理檢察長閣下認為嫌犯 A、B 以為彼等進入的涉案單位非為輔助人 C 居住的住所，屬於《刑法典》第 15 條第 1 款及第 2 款所規定之“對一罪狀之事實要素的錯誤”及獲得嫌犯 D 的同意，因而阻卻故意。

在充分尊重的前提下，此上訴理由不足以令人信服，試想誰會在未進入參觀過目標單位（除了樓花買賣之外），就直接付款購買並進行登記的？

在本具體個案中，如果嫌犯 A 曾前往涉案單位進行一般性的“看樓”行為，不是早已知道有人居住，所以進不去？那麼，嫌犯 A 為何會在無法“看樓”的情況之下，貿然付款並進行不動產登記呢？甚至到最後居然要找人來開鎖收樓？！根據一般經驗法則，一般人面對如此“麻煩”且不知底細的樓宇單位，還會不顧一切地進行不動產登記嗎？

至於嫌犯 D 以為自己仍然是輔助人 C 的丈夫的上訴理由更是叫人難以解惑，因為沒有人比其更清楚，早於 2012 年 12 月 12 日，其跟輔助人 C 之間的訴訟離婚已獲得司法判決（見卷宗第 11 頁至第 38 頁），而且在輔助人 C 更換門鎖之後，嫌犯 D 一直無試圖自恃其是其輔助人丈夫的身份，而自由進出涉案單位。

我們不禁要問，為何嫌犯 D 卻會在涉案的「XX 玻璃貿易有限公司」將有關單位出售予嫌犯 A 之後，於本案事件的發生日（即 2013 年 3 月 17 日）又重新以為自己是輔助人 C 的丈夫而有權自進出涉案單位呢？

因此，在充分尊重的前提下，我們認為，無論以《刑法典》第 15 條第 1 款及第 2 款，抑或以同一法典第 16 條第 1 款之規定，試圖為彼等嫌犯之行為排除罪過或阻卻不法性都是徒然的！

此外，必須強調的是，《民法典》第 1411 條至第 1415 條對住房之使用權（即居住權）已作出了規定，同一法典第 291 條第 3 款規定，除

了法律規定的權利消滅原因（如同一法典第 1402 條）之外，居住權不受時效約束，而同一法典第 1402 條第 3 款更明文規定，在有關權利上設定之物權仍繼續構成該權利之負擔，如同該權利未消滅一般。

在本具體個案中，即使涉案的「XX 玻璃貿易有限公司」將涉案單位出售予嫌犯 A 而改變了物權的所有人，仍須尊重及維持該公司將涉案單位早已賦予輔助人 C 使用該單位的權利。

綜上所述，我們認為被上訴的合議庭以《刑法典》第 184 條第 1 款所規定及處罰之犯罪對本案嫌犯作出定罪量刑是正確的。”

基於此，檢察院的上訴理由完全不能成立，予以駁回。

四.決定：

綜上所述，中級法院裁定：

- 嫌犯上訴人的上訴理由均不成立，包括因不可上訴而不審理其等對原審法院的民事判決部分的上訴理由；
- 檢察院的上訴理由不成立，予以駁回。
- 輔助人的上訴理由成立，判處：
 - 判處嫌犯 A 以共同正犯及既遂行為實施了 2 項《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰的毀損罪，處以 20 日罰金，每日罰金以澳門幣 200 元計算，合共為澳門幣 8,000 元，如不繳付罰金或不以勞動代替則可被轉換為 14 日監禁 - 《刑法典》第 47 條。
 - 判處嫌犯 B 以共同正犯及既遂行為實施了 2 項《刑法典》第 206 條第 1 款所規定及處罰的毀損罪，每項處以 20 日罰金，每日罰金以澳門幣 100 元計算，合共為澳門幣 4,000 元，如不繳付罰金或不以勞動代替則可被轉換為 14 日監禁 - 《刑法典》第 47 條。

本程序的訴訟費用全部由嫌犯上訴人共同支付，包括各自支付，嫌

犯 A 8 個計算單位，嫌犯 B 3 個計算單位的司法費。

澳門特別行政區，2017 年 4 月 27 日

蔡武彬

司徒民正

陳廣勝